



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1.983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1.983

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do sr. deputado Werner Wanderer, secretariada pelos srs. deputados Dirceu Manfrinato e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Fiori Luiz (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 39/83, que trata do comércio, e uso dos agrotóxicos no Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) PAULO FURIATTI

Apoioamento: MÁRCIO ALMEIDA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, sejam suspensas as sessões plenárias desta Casa, nos dias 31 de outubro, 1.º e 3 de novembro do corrente ano, ficando referidas datas, para o trabalho das Comissões Técnicas da Assembléia.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.983.

(aa) NILSO GGUAREZI e

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,

na qualidade de líderes do PMDB e PDS, respectivamente.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do sr. LORENO CARON, vítima de um crime bárbaro ocorrido nesta Capital, no dia 23.10.83.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1.983

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Irmã BÁRBARA WODONOS (Maria Teodósia), ocorrido no dia 24 de outubro às 08:30 hrs. nesta capital.

Por tratar-se de pessoa estimada, a Irmã Bárbara Wodonos (Maria Teodósia), deixa profundo pesar à comunidade do município de Dorizon - Estado do Paraná, local onde nasceu e a uma família de três religiosos - Irmão Paulo Wodonos (vice-Reitor administrativo da Universidade Católica do Paraná), Irmã Agostinha e Irmã Francisca e mais dois padres, o Padre Fiore e Frei Benigno.

Requer ainda, que seja dada ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações pela realização do I Encontro Rosacruz de Arte (Homenagem Póstuma a Isabel Bakker), de 27 de outubro a 20 de novembro de 1.983.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de solidariedade à Ordem dos Advogados do Brasil, pela invasão da sede de sua Seção de Brasília, determinada pelo General Newton Cruz, Comandante Militar do Planalto, e efetivada na tarde de ontem.

A OAB, bem como a Igreja, tem sido no Brasil a vanguarda na luta pelas liberdades democráticas e direitos humanos. Um atentado contra a OAB do Brasil é um atentado que fere fundo a sociedade civil e à própria liberdade, ainda mais quando o próprio autor da ordem não encontra argumentos que possam justificar tal determinação.

Requer outrossim, do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER seja endereçado ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, um apelo no sentido de ser criado, na elaboração da futura Divisão Judiciária, o Distrito Judiciário de Godói Moreira, no Município de São João do Ivaí, criado pela Lei número 6915, de 09/09/77, tendo em vista que a referida localidade comporta a instalação dos respectivos serviços, que muito estimularão o progresso e o desenvolvimento daquela promissora comuna paranaense.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado à secretaria de Administração do Estado pedido de informações sobre a utilização da área do subsolo da estação terminal do Portão, com resposta aos seguintes quesitos:

1. Qual o plano de utilização da referida área?
2. Qual o teor do convenio celebrado entre a URBS e o Estado, para a utilização do local?
3. Qual o destino do motor "Scania" 115 e outros bens que ali se encontravam?
4. Caso tenha havido desaparecimento de bens, quais as medidas tomadas?

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo sr. dr. José Richa, DD. Governador do Estado, no sentido de que se agilizem os estudos para a criação, no Paraná, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

É inegável a dificuldade enfrentada pelos vários segmentos da sociedade, em particular pelas camadas populares de baixa renda, para a compreensão e garantia de seus direitos, bem como para a conquista de uma legislação justa e compatível com a realidade nacional.

A existência em nosso País, de um modelo econômico concentrador de riqueza e poder, ao lado de um sistema político autoritário e elitista, contribui para que os direitos humanos sejam sistematicamente desrespeitados, colocando a maior parte da população como vítima do arbítrio e da prepotência que, infelizmente, campeiam soltas nos tempos atuais.

Assim, a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, vinculado à secretaria de Estado da Justiça, que é, sabemos, uma das metas do atual governo do Paraná, deve ser agilizada, no sentido de que nossa gente possa ter, a curto prazo, um instrumento legítimo de amparo aos injustiçados e será um órgão que diuturnamente velará pelas normas mais elementares de política social, consagradas nos diplomas legais, entre os quais, a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao excelentíssimo sr. ministro da Agricultura e ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Agricultura, o mais veemente apelo desta Casa, no sentido de que sejam, com a máxima urgência, retiradas as restrições para o plantio de frutas cítricas em todo o Estado do Paraná, restrição esta que foi imposta sob o pretexto de combater o cancro cítrico.

O Estado do Paraná merece daquele ministério - e por isso mesmo solicitamos a enérgica interveniência da secretaria de Estado da Agricultura, o mesmo tratamento dado ao Estado de São Paulo, onde as principais regiões citrícolas foram, de há muito, liberadas.

O pedido se torna ainda mais veemente, quando atentamos para o fato de que quem realmente lucra com a interdição do plantio de citros no Paraná, são as empresas multinacionais que exploram a população de sucos e que, desta forma, protegidas pela ação governamental, se vêem livres da concorrência de firmas nacionais, que poderiam aqui surgir, estabelecendo, portanto, um verdadeiro monopólio.

É nesse sentido o nosso apelo, que solicitamos seja revestido da máxima urgência, para que possa o citricultor paranaense tomar as medidas cooperativas necessárias para a exploração de tão interessante atividade.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, dr. Luiz Cordoní Jr., solicitando a instalação de um Mini Posto de Saúde no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Para que a população de Jacutinga obtenha atendimento médico, tem que se deslocar à sede municipal, tomando-lhe tempo mais que o necessário e encarecendo as despesas.

A instalação de um mini-Posto de Saúde nesse distrito, virá também ampliar o atual atendimento, melhorando ainda o tratamento preventivo da saúde.

Tais situações, entre outras, são detectadas diariamente pela população, em função do que esta solicitação reveste-se das prioridades daquela comunidade.

Esses fatos, srs. deputados, vêm justificar a presente reivindicação, que submetemos à apreciação.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, dr. Luiz Cordoní Jr., solicitando a instalação de um Mini Posto de Saúde no Distrito de Ariranha, Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Para que a população de Ariranha obtenha atendimento médico, tem que se deslocar à sede municipal, tomando-lhe tempo mais que o necessário e encarecendo as

despesas.

A instalação de um Mini Posto de Saúde, nesse distrito, virá também ampliar o atual atendimento, melhorando ainda o tratamento preventivo da saúde.

Tais situações, entre outras, são detectadas diariamente pela população, em função do que esta solicitação reveste-se das prioridades daquela comunidade.

Esses fatos, senhores deputados, vêm justificar a presente reivindicação, que submetemos à apreciação.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja enviado recursos para auxiliar na instalação de uma Mini Farmácia na Escola Unidade Nova, localizada na municipalidade de Ubitatã.

De iniciativa da Associação de Pais e Mestres - APM, através de seu presidente, excelentíssimo sr. vereador Egon Fischer, conforme correspondência, onde relata as dificuldades enfrentadas objetivando dotar aquele estabelecimento recentemente criado.

Tal reivindicação visa essencialmente oferecer um atendimento de primeiro socorro, proporcionando maior segurança à comunidade educacional da Escola Unidade Nova.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. secretário de Estado das Finanças, para que seja autorizado estudos a fim de avaliar a possibilidade de se destinar recursos para o pagamento do funcionalismo público, no Município de Nova Cantu.

De iniciativa do excelentíssimo sr. Walmick Pereira, prefeito municipal, tal pedido de verba tem o intuito de saldar a grande dívida que tem a Administração para com aquela classe, sendo necessários recursos no valor de Cr\$ 18.000.000,00, já que esta pasta apenas liberou a importância de Cr\$ 2.000.000,00.

Sem dúvida alguma, esta situação não pode ter seu prosseguimento, o atraso no pagamento vem desde o mês de novembro do ano de 1982, um período mais que suficiente para proporcionar prejuízos sociais de toda ordem.

Torna-se imprescindível o encaminhamento de medidas que possibilitem a normalização nos vencimentos dos funcionários já bastante defasados.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1.983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima sra. diretora superintendente da Fundepar - Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja avaliada a possibilidade de se proceder a execução de reformas gerais, em caráter de urgência, na Escola Educacional Princesa Isabel - Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Terra Boa.

Tendo em vista as precárias condições de funcionamento daquele educandário, o mesmo segundo iniciativa do excelentíssimo sr. prefeito municipal, Elso Garcia Segura, vem colocando em risco a própria segurança, dos professores, estudantes e funcionários, em especial. Ademais, não obstante aos riscos materiais, fica cada vez mais comprometido a didática de ensino, já que falta um mínimo de estrutura também de materiais de pesquisas, nos seus diversos âmbitos, previstos inclusive nos objetivos dos cursos profissionalizantes.

Neste sentido, faz-se necessária a tomada de medidas capazes de possibilitar a eliminação da problemática ora verificada.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja autorizada a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Carlos Gomes, pertencente ao Complexo Escolar Presidente Arthur da Costa e Silva, localizado na municipalidade de Ubitatã.

De iniciativa do diretor daquele educandário, professor Lauro Hryniewicz, o qual aponta as imensas dificuldades que tem a vivenciar sem um aparelho de telefonia, tais como a morosidade de tempo no encaminhamento de assuntos de interesse, sendo que os mesmos poderiam ser solucionados por esta via de comunicação. Esta Pasta, inclusive classificou aquele estabelecimento educacional como sendo de grande porte, comprovado por possuir mais de quarenta turmas de alunos de primeiro e segundo graus.

É fundamental que seja dado a devida providência, capaz de contribuir na eliminação das situações ora relatadas, corrigindo, ao que parece, uma injustiça, já que se trata de um colégio cuja classificação dada por esta Secretaria de Estado, não resultou nos benefícios previstos.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1.983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao ilustríssimo sr. superintendente da Sucepar - Superintendência do Controle da Erosão no Paraná, Agostinho Vecchi, através da secretaria de Estado do Interior, solicitando a agilização na construção de galerias pluviais, obras de extremidade e pavimentação de vias das cidades de Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Tomé, Tapejara, Tapira e Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao ilustríssimo sr. presidente da Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, Theobaldo Vitório Machado, através da secretaria de Estado do Interior, solicitando a construção de habitações urbanas e rurais nas cidades de Cianorte (300 a 500 casas), São Tomé (30 a 50 casas), Tapejara (30 a 50 casas), Cidade Gaúcha (30 a 50 casas).

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao ilustríssimo sr. presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Ari Veloso Queiróz, através da secretaria de Estado do Interior, solicitando a ampliação da Subestação da cidade de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, através da secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos, projetos e construção da Rodovia PR-082, nos trechos Nova Olímpia - Tapira (2 km) e Tapira - Douradina (13 km) do Programa de Agrovias.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo sr. secretário de Estado dos Recursos Humanos, e à excelentíssima sra. secretária de Estado da Educação, encarecendo a prorrogação, até o dia 30 de novembro do corrente ano, para a apresentação de comprovantes e títulos exigidos aos Professores e Especialistas de Educação do Estado do Paraná, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, na forma dos Decretos números 5037, de 05 de maio de 1982, e 1247, de 27 de julho de 1983, a fim de que possam, os mesmos, gozar dos benefícios contidos no avanço diagonal por merecimento, a vigorar a partir do início do próximo ano de 1984.

O pedido está embasado no fato de que grande número de professores e especialistas de educação da rede estadual de ensino, por falta de conhecimento, melhor orientação ou que, na época ainda não pertenciam ao Quadro Próprio do Magistério, deixaram de apresentar em tempo hábil a documentação exigida. Por outro lado, os benefícios concedidos pelos decretos acima enunciados, só passarão a vigorar a partir de janeiro do próximo ano, o que não irá implicar a prorrogação aludida, em qualquer transtorno de ordem burocrática ou administrativa.

Assim é que esta parcela de educadores de nosso Estado aguarda já com tranquilidade e confiança o atendimento desta significativa reivindicação, a qual, além de não ferir o direito de terceiros, proporcionará maior distribuição de justiça sem dúvida alguma, de justiça no seio desta laboriosa classe do magistério de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 200/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O art. 51 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 51 — O mandato do vereador será remunerado na forma do disposto na Legislação Complementar à Constituição Federal.

§ 1.º — Os subsídios serão fixados mediante resolução no final de cada legislatura para vigorar na seguinte, respeitados os limites legais.

§ 2.º — Se não for fixada a remuneração na forma do disposto no parágrafo anterior, poderá a Câmara Municipal fixá-la para a mesma legislatura, retroagindo os efeitos do ato à data do início da legislatura.

§ 3.º — A Verba de Representação do presidente da Câmara Municipal será fixada mediante resolução na mesma legislatura, atendido o limite de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da verba de representação atribuída ao Prefeito Municipal".

Art. 2.º — O inciso IX do art. 60 da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 60 —

I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII —

IX — fixar a remuneração dos vereadores e a Verba de Representação do presidente da Câmara".

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) DONATO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A redação que se pretende dar ao art. 51, está em concordância com a Lei Complementar Federal número 38/79. No entanto, estamos acrescentando parágrafo permitindo a percepção de verba de representação pelos presidentes das Câmaras Municipais. Muito se tem discutido, já antes da promulgação da Lei Complementar Federal número 38/79, que a percepção de representação pelos presidentes de Câmara Municipal, não tem a ver com a remuneração do vereador, dada a sua natureza ressarcitória dos encargos próprios da presidência.

Vários autores têm defendido a tese, acatada, para citar apenas um exemplo, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

É de Hely Lopes Meirelles, a conclusão que abaixo se transcreve, de parecer de sua lavra, publicado na Revista de Direito Público:

"A Verba de Representação tem natureza indenizatória e não se confunde com a remuneração do cargo ou mandato.

A Emenda Constitucional número 04, de 1975, e a Lei Complementar número 25, de 1975, ao estabelecerem critérios para a remuneração dos vereadores, não proibiram a verba de representação aos presidentes de Câmara.

Não cabe ao Tribunal de Contas impugnar verba de representação de presidente de Câmara, sob a invocação de ser incompatível com o novo regime de remuneração dos vereadores".

As Leis Complementares números 25 e 18, ao regular a remuneração do vereador, tem em ciste a figura em sua acepção jurídica própria, de pessoa investida de mandato político-popular, no exercício das atribuições que lhe são típicas. Já as atribuições do presidente da Câmara, não decorrem do mandato político-popular, mas de um mandato de natureza administrativa interna que lhe é dado por seus pares.

O IBAM — Instituto Brasileiro de Administração Municipal, através de sua consultoria técnica, em trabalho re-

cente de seu chefe, J. Antunes de Carvalho, assim se pronuncia:

"7.4 — Q inviabilidade de o comum do vereador auferir verba de representação é corolária do próprio tipo de representação de que investe o mandato popular: representação eminentemente interna, no seio do Legislativo, e não além ou fora da Câmara. O artigo terceiro da Lei Complementar número 25/75, agora revogado, exigira como preceito a proibição por simples acautelamento, pois já se acha implícita na falta de causa para o pagamento da verba. A contrário sensu, DESCABE RESTRIÇÃO QUANTO AO VEREADOR QUE, SOBRESSAINDO-SE ENTRE OS SEUS PARES, ALÇA-SE POR ESCOLHA DELES, À CHEFIA DO PODER LEGISLATIVO LOCAL, obtendo outro mandato, que é paritário e não popular, e que lhe acrescenta atribuições de ultravereança de gestão administrativa do parlamento municipal e de poderes de representação externa da Câmara, em quaisquer circunstâncias e lugares e a todos os títulos.

Tais poderes não decorrem do mandato popular que se conferiu ao Presidente da Câmara. Os eleitores só o fizeram vereador. As destacadas atribuições que se lhe conferiram provêm de uma especial outorga de seus pares, que o escolheram seu dirigente e representante.

.....
O insubsistente artigo terceiro da Lei Complementar número 25/75, não poderia, sem ofensa ao princípio constitucional de equivalência de poderes, vedar o pagamento da verba de representação ao presidente da Câmara, quando ao prefeito se viabiliza percebê-la, desembaraçadamente. Se a verba de representação não é contraprestação de trabalho, mas a "quantia que se destina a certos funcionários ou empregados, para que a apliquem em despesas concernentes à ostensão ou ao decoro e dignidade do cargo (De Plácido e Silva, Vocabulário Jurídico), nem sequer poderia ter sido objeto de tratamento daquele diploma, mesmo em relação à generalidade dos vereadores, pois o que se remeteu à lei complementar foi exclusivamente a disciplina básica de remuneração de tais agentes políticos não aquilo que juridicamente seja algo diverso, pela sua natureza e pela sua finalidade".

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença do sr. prefeito de Missal, Luciano Kreutz.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Homero Oguido, inscrito.

O SR. HOMERO OGUIDO — Sr. presidente, srs. deputados (Lê):

"O plenário desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, viveu no dia de ontem, um momento muito significativo para a história do nosso Estado, porque foi plantada uma importante semente, que será conhecida por todos, num futuro bem próximo.

Ocupou esta tribuna, no dia de ontem, o jovem deputado Mário Pereira, que com toda a inquietação típica dos jovens — que não querem ficar de braços cruzados, vendo o tempo passar à sua frente — que inquieto nos brindou com uma idéia, uma idéia realizável.

Uma idéia que — se quisermos nós — poderá se tornar uma grande realidade.

Sabem os srs. de que nada adianta termos idéias, se elas existirem somente dentro das nossas cabeças, ou, pior ainda, se forem arquivadas em alguma gaveta poeirenta de algum burocrata de carreira.

As idéias só existem, de fato, quando se transformam

de sonho em realidade, e o sonho do deputado Mário Pereira poderá se tornar realidade, se nós quisermos.

Idealiza o nobre deputado um programa de governo voltado para as nossas crianças, que são o nosso futuro já presente.

Um programa de desenvolvimento desta juventude, com a prática dos esportes, com a alimentação adequada e com o atendimento de saúde.

Um programa audacioso, uma idéia corajosa.

Fazer com que centenas de milhares de crianças, que freqüentam as escolas públicas de primeiro e segundo graus, em todo o Estado, passem a praticar duas horas diárias de esporte.

Quem estuda pela manhã, faz esporte à tarde.

Quem estuda à tarde, fará esporte pela manhã, sempre pertinho de onde mora, nas ruas, em torno das principais escolas.

Sem necessidade de sofisticados equipamentos, muito menos de canchas especiais ou ginásios cobertos.

Tudo muito simples, no asfalto ou no chão batido das ruas das cidades, como muitos de nós fizemos, em nossa infância.

Além do desenvolvimento que o esporte proporciona, estes meninos e meninas teriam, periodicamente, a assistência médica necessária, através dos postos de saúde, do governo do Estado, em atendimento ambulante.

E, muito mais do que isso: após duas horas de esporte, de ginástica e de jogos, as crianças iriam receber uma segunda alimentação, através do programa da merenda escolar.

Tudo muito simples, como todas as grandes idéias.

Já imaginaram, srs: deputados, centenas e milhares de crianças, dentro de alguns anos, praticando esporte, se alimentando corretamente, recebendo assistência médica e, talvez até social?

Que geração forte estaríamos preparando para o futuro do nosso Paraná?

Nem falamos aqui nos destaques que os paranaenses certamente passarão a ter nas competições esportivas, o que nos orgulharia, mas nos preocupamos muito mais com a criação de uma juventude sadia e forte.

A proposição que o deputado Mário Pereira fez ontem, nesta Casa, merece as reflexões de todos nós, e, mais do que as reflexões, merece um esforço, uma ação, uma iniciativa de cada um de nós.

Devemos sensibilizar a todas as autoridades competentes para a importância da realização desta idéia, pois nela reside, sem dúvidas, grande parte do potencial futuro do nosso Paraná.

O desenvolvimento adequado da juventude se dará com o esporte, com a alimentação, com a assistência de saúde e, também, com a permanência das crianças nas escolas.

Hoje, em todo o Brasil, pela crise atual em que vivemos no nosso País, vemos acentuar-se o êxodo escolar. São milhares de crianças que deixam os bancos escolares, para conseguir comida, trabalhando ou roubando.

A marginalidade, em termos de infância e juventude, aumenta de forma alarmante.

É a fome, gerada pelo desemprego dos pais, pela situação cada vez mais delicada daqueles que menos têm e mais necessitam.

Se proporcionarmos a alimentação às nossas crianças, certamente elas continuarão nas escolas, pois estaremos desfogando, um pouco, a dificuldade dos pais em alimentar as suas famílias.

Tenho certeza — senhores deputados — que estamos descobrindo um caminho novo, que muitos frutos nos proporcionará num futuro bastante breve.

Não solucionaremos todos os problemas dos paranaenses e dos brasileiros, mas minimizaremos, com a proposição do deputado Mário Pereira, muito sofrimento, muita fome e muitas dificuldades.

Com alimentação, esporte e saúde, estaremos construindo um grande futuro, de gente sadia, de gente preparada para enfrentar as dificuldades do cotidiano.

O esporte prepara para a vida e — muito mais importante — é o melhor combate ao perigo do vício das drogas.

Srs. deputados, sr. presidente. Uma idéia, por melhor que seja, morre, se não nos esforçarmos para torná-la uma realidade.

Por este motivo, ocupo hoje esta tribuna, pois me sinto no dever de, em primeiro lugar, felicitar o deputado Mário Pereira pela idéia e, em segundo lugar, dizer que me associo a todos os esforços possíveis e necessários para a concretização desta proposta.

Finalmente, ocupo esta tribuna para pedir aos meus companheiros desta Casa o seu apoio à solidificação desta idéia, com a sensibilização das autoridades estaduais, federais e municipais, que serão as grandes responsáveis pelo sucesso ou pelo fracasso desta iniciativa.

Um governo deve trabalhar para o seu povo, e um programa como este, que atende a uma grande parcela deste povo, com uma ação benigna ao extremo, só pode ser e será — tenho certeza — desenvolvido com todo o vigor necessário e possível.

Tenho a mais absoluta certeza de que, neste momento, o governador José Richa e seus secretários de Estado já se encontram a analisar e a estudar a proposição do deputado Mário Pereira, para em muito breve, oferecer a todos nós a operacionalização desta idéia.

Assim, senhores, tenho certeza de que estaremos construindo um futuro melhor”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. presidente, srs. deputados.

Aproveito esta oportunidade para solicitar das lideranças dos dois partidos, com assento nesta Casa, que encaminhem à Mesa, com a maior brevidade possível, a indicação dos nomes para comporem a Comissão Permanente dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que desta forma possamos instituir esta comissão, instalando-a, definitivamente. (Lê):

“Senhor presidente, srs. deputados.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem reconhece que: “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis, é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

O desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem, sempre resultaram em atos bárbaros que ultrajavam a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem da liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor, sempre foi proclamado como a mais alta inspiração do homem comum.

É essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido à rebelião contra a tirania e a opressão”.

Estamos solicitando ao governo do Estado, através de requerimento a esta Casa, que agilize os estudos para a criação, no Paraná, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.

É inegável a dificuldade enfrentada pelos vários seg-

mentos da sociedade, em particular pelas camadas populares de baixa renda, para a compreensão e garantia de seus direitos, bem como à conquista de uma legislação justa e compatível com a realidade nacional.

A existência em nosso país de um modelo econômico concentrador de riqueza e poder, ao lado de um sistema político autoritário e elitista, contribui para que os direitos humanos sejam sistematicamente desrespeitados, colocando a grande maioria da população como vítima do arbítrio e da prepotência que, infelizmente, capeiam soltas nos tempos atuais.

Assim, a criação a curto prazo, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, será um instrumento legítimo de amparo aos injustiçados e um órgão que, diuturnamente, velará pelas normas mais elementares de justiça social.

O Conselho Estadual dos Direitos Humanos, que deverá ser integrado por representantes de todas as forças vivas da sociedade paranaense, tais como o Ministério Público, o Poder Judiciário, a OAB, entidades representativas dos trabalhadores, organismos da Igreja, partidos políticos, imprensa, entidades educacionais e comunitárias, entre outras, será o canal necessário à população, empenhando-se na efetivação dos postulados democráticos, na superação das injustiças e no respeito à dignidade humana.

Tendo como objetivos a fiscalização permanente das violações dos direitos humanos, compreendidos os direitos civis, políticos, sociais e econômicos, este conselho será também de grande valia ao poder público, na medida que denunciará qualquer violação desses direitos, bem como se manterá vigilante mesmo quanto à possibilidade de que venha ocorrer violação dos direitos humanos.

Um Paraná mais justo, humano e fraterno, não pode prescindir da criação de seu Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.”

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. deputado Orlando Pessuti, inscrito .

O SR. ORLANDO PESSUTI - sr. presidente, nobres srs. deputados.

Na semana passada, recebemos uma correspondência vinda do município de Cândido de Abreu e que nos foi enviada pelo técnico da ACARPA daquele município e num dos seus parágrafos, o funcionário dessa empresa ligada ao governo estadual, diz não admitir ou não entender, o porque que num país como o Brasil, que num Estado como o nosso do Paraná, considerado o celeiro do mundo, não é cabível que moradores do meio rural estejam morrendo, não só de fome mas também de verminose e subnutrição.

A subnutrição ela existe, pois de arrendatário passaram esses trabalhadores rurais a favelados rurais, sem força de trabalho, agravado muito mais ainda, pelo alto índice de verminose. Diz mais o assinante desta missiva, que veio até nós, depois de 65 anos que Monteiro Lobato lançou uma campanha “antivermes”: crianças ainda morrem, pois suas famílias nem conhecem e nem se acostumam com as condições de vida que o grande capital lhes impôs.”

A tudo isso, para dizer sr. presidente, srs. deputados, que o município de Cândido de Abreu existe uma região conhecida como “ Rio do Tigre ”, favela do meio rural. E tudo isto vem acontecendo lá naquela comunidade de Rio do Tigre, no município de Cândido de Abreu, em função de que a Klabin, Papel e Celulose, está a ocupar, segundo nos diz o cidadão que nos manda esta carta, uma área que antigamente era destinada a essas propriedades.

E diz, num determinado trecho da sua “A História começou, conforme depoimento da comunidade,

com a Colonizadora Vale do Ivaí. Que ao colonizar a área, reservou 40 alqueires para núcleo urbano. Esta empresa, à certa altura do empreendimento, cedeu a área não vendida ainda, para a Klabin, que limpou a área por ela adquirida, de todos os posseiros; arrendatários e moradores rurais, colocando-os na área do núcleo urbano, em lotes, dizendo que ali estava reservado para eles, - notar bem, que nesta operação houve até queima de casebres. Agora, a Klabin está plantando pinus em toda área, inclusive na área do núcleo urbano, que anteriormente ela havia destinado a esses posseiros, a esses arrendatários, a esses moradores rurais.

E está expulsando os moradores de seus ranchinhos, pois estão desrespeitando, segundo eles, as pequenas lavouras de milho, feijão e mandioca”.

E vai mais adiante: as reclamações com respeito a firma Klabin, das atitudes que vem tomando nessa comunidade de Rio do Tigre, expulsando famílias do meio rural, transformando aquela localidade, como já é conhecida hoje, em Rio do Tigre, “favela no meio rural”.

Nesse sentido, sr. presidente, srs. deputados, foi promovida uma reunião entre a ACARPA, o ITC e o prefeito Municipal de Cândido de Abreu. E dali se tirou algumas posições que iam de encontro à resolução dos problemas. E esperamos que, nesses contactos que doravante serão mantidos pelo ITC, com a firma Klabin, com os políticos daquela região, prefeito municipal, vereadores, que se chegue de fato, como deseja o assinante dessa correspondência, a um bom termo e a um final feliz, como poderíamos dizer. Porque senão nós estaremos, mais uma vez, indo contra a tudo aquilo que temos apregoado, que é a fixação do homem no campo. É por esse motivo que fizemos questão de trazer a esta Casa hoje já o fizemos na Comissão de Terras e Colonização, trazer esse assunto, para que dele, todos tomassem conhecimento; e esperamos que de fato, a Klabin, ITC, a Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu, cheguem num acordo e num final feliz.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Ferrari Júnior, inscrito.

O SR. FERRARI JÚNIOR — sr. presidente, srs. deputados.

Eu pretendo, e em uma outra oportunidade, com mais tempo e com a matéria melhor elaborada, fazer um pronunciamento desta mesma tribuna e pedir, inclusive, a participação dos colegas srs. deputados.

O PMDB em ganhando as eleições no Estado do Paraná, prometeu efetuar uma série de alterações administrativas para, naturalmente, fugir do que nós tínhamos no passado e daquilo com que nós não concordávamos.

E existe na atual administração algo que sinceramente, não dá para engolir, que não dá para aceitar porque é realmente um despropósito.

Nós temos por exemplo sr. presidente, srs. deputados, o Banco do Estado do Paraná, que é, indiscutivelmente, uma potência financeira em todo o território nacional; nós temos o BANESTADO com 300 agências em todo o Estado do Paraná, com uma agência em Nova York, com milhares de funcionários esparramados por todo o Estado do Paraná, um Banco com capital superior a 20 bilhões de cruzeiros, um Banco que é indiscutivelmente uma potência.

Agora a quem está subordinado o Banco do Estado do Paraná?

A uma Secretaria de Estado.

A meu modo de ver, uma aberração.

Lembro-me do episódio envolvendo o ex-presidente Léo de Almeida Neves, do BANESTADO, o Léo de Almeida Neves, quando tinha algum assunto a tratar sobre o BANESTADO, ele tratava com o secretário de Estado, jamais com o Sr. Governador do Estado, por que?

Porque o presidente do BANESTADO, realmente é subordinado ao Secretário de Finanças, e aqui não vem nenhuma crítica pessoal, neste caso, ao secretário de Finanças, o que nós entendemos, é que o Banco do Estado do Paraná, por ser a potência que é, deveria ser um órgão subordinado diretamente ao governador do Estado do Paraná e nunca a uma Secretaria.

Por exemplo, o BADEP também é subordinado, ou era subordinado à Secretaria de Finanças e hoje não está subordinado à Secretaria de Finanças, porque o Presidente do BADEP é o vice-governador do Estado do Paraná, o sr. João Elísio Ferraz de Campos, e não ficaria bem, não seria correto um vice-governador de Estado, subordinado a um secretário de Estado, então o BADEP não está mais subordinado à Secretaria de Finanças, enquanto o presidente do BADEP for o vice-governador.

Ora, então porque o Banco do Estado do Paraná tem que ser subordinado a uma Secretaria de Estado?

Por que não, o governador José Richa fazer uma alteração e deixar o BANESTADO subordinado diretamente ao governador do Estado do Paraná?

É muita responsabilidade para o presidente do BANESTADO.

As responsabilidades são enormes para os srs. diretores do Banco do Estado do Paraná.

É muito dinheiro girando.

São muitos acionistas.

São muitos interesses em jogo.

Para ficar subordinado a uma Secretaria de Estado, eu disse o meu tempo está chegando ao final, eu disse que pretendo voltar em outra oportunidade, com mais tempo e com detalhes e até para provocar o debate com os ilustres integrantes desta Casa, porque na minha maneira de ver, diante do que ocorre no Estado do Paraná, diante das perspectivas que nós temos de uma melhoria em todos os setores, nós não podemos mais continuar no provincianismo, vendo uma potência como é o BANESTADO, subordinado à Secretaria de Finanças do Estado do Paraná, acho que é humilhar o presidente do BANESTADO e a própria organização.

Muito obrigado, sr. presidente.

Muito obrigado, srs. deputados (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Artagão de Mattos Leão, inscrito.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — sr. presidente, srs. Deputados.

Tivemos oportunidade de assistir no último domingo à reinauguração da estrada da Graciosa, ligando a Capital ao litoral paranaense, graças ao belíssimo trabalho efetuado pela secretaria dos Transportes, que dedicou esforços na recuperação daquela estrada.

A PARANATUR também participou das festividades, promovendo rali, promovendo apresentação do Coral da Universidade do Paraná, apresentação da Filarmônica de Antonina, tudo somando para caracterizar a necessidade de preservarmos, hoje e sempre, o nosso passado.

Antonina sentiu-se feliz por receber o diretor da EMBRATUR que veio até aquela localidade estudar e observar “in-loco” as belezas que Antonina oferece e que nós temos certeza de que de agora em diante, com a atenção que o governo José Richa vai dedicar ao litoral do Paraná e a Antonina, nós redescobriremos as belezas turísticas que Antonina oferece e que nunca foram utilizadas.

Também queremos esclarecer a esta Casa que, na tarde de ontem, realizou-se em Antonina uma reunião que contou com um representante da Secretaria dos Transportes, com um representante do Grupo Matarazzo, com autoridades de Antonina, onde procuravam solucionar o problema do cais

de Antonina, tão decantado por informações mentirosas fornecidas por elementos que têm prazer em criticar, que têm prazer em vir a público denegrir a imagem do governo José Richa, dizendo que o governo do Estado não tinha interesse em resolver o problema do cais de Antonina, que a Empresa Matarazzo tinha dado um prazo para que o Porto de Antonina, para que a Diretoria do Porto de Antonina resolvesse comprar, ou não, o cais que pertence ao Matarazzo e que é utilizado pelo Porto de Antonina.

O governo José Richa provando, mais uma vez, que realmente tem interesse no bem-estar das comunidades paranaenses, mandou um representante a essa reunião e, praticamente, tudo ficou resolvido.

Nós queremos então esclarecer a esta Casa, mais uma vez, que as autoridades que representam Antonina estão interessadas no desenvolvimento da região que os companheiros de Antonina aqui têm e sempre terão respaldo.

Muito obrigado, sr. presidente, Muito obrigado, srs. deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Ervin Bonkoski, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao sr. deputado Paulo Furiatti, inscrito. (Ausente).

Está com a palavra o sr. deputado Nilso Sguarezi, inscrito, no Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — sr. presidente, srs. deputados. (Lê).

"As Comissões Parlamentares de Inquérito visam à informação, ao esclarecimento, à elucidação, à sindicância, à fiscalização, ao exame de atos, à averiguação de fatos, à recolha de elementos, à investigação minuciosa de dados, à pesquisa pormenorizada de circunstâncias, à inquirição de testemunhas e de acusados, à realização de diligências, ao estudo de documentos, à instrução do caso em debate sob todos os aspectos, à observação de fatos para o conhecimento da verdade e à apuração final das responsabilidades. Seu fim é, pois, indagar, inquirir, sindicir as atividades das autoridades públicas, o emprego dos dinheiros públicos, para o exato cumprimento da lei".

(IVAIR NOGUEIRA ITAGIBA no estudo sobre "Aperfeiçoamento do Estado Democrático" — publicado na Revista Forense).

Senhor presidente, senhores deputados.

Não que me parecesse necessário retornar a um tema já de pleno conhecimento do povo paranaense, a quem nós todos, integrantes deste Poder, devemos explicações de nossas condutas. Mas se volto — em nome da bancada do PMDB — a abordar a questão do exercício legítimo do poder fiscalizatório, através desta Assembléia de representação popular e especialmente pelos trabalhos desenvolvidos por uma Comissão Parlamentar de Inquérito regularmente instituída e nascida de deliberação unânime dos partidos aqui representados... não é para pretender mostrar ao Povo do Paraná o que ele já sabe, mas sim para que a bancada peemedebista não tenha para si atribuída, a esta época em que se retrai e se recompõe a História paranaense, a pecha de ter sido omissa a respeito da constatação de uma terrível, vergonhosa, irresponsável e triste omissão: a omissão do Partido Democrático Social com relação às graves irregularidades que vão sendo apuradas, de modo sério mas incisivo, de maneira honesta mas contundente, pela CPI instalada nesta Casa justamente para tais apurações. O PDS está pretendendo, com a sua tão alardeada retirada da CPI que investiga irregularidades cometidas na administração pública do Paraná, criar para ela um conceito falso de um organismo movido pelo ódio, perseguidor, revanchista enquanto com essa falsa pregação, vai beneficiando pessoas inescrupulosas e alimentando a esperança de sua im-

punidade. E isso não seria enquadrado no rol das artes cênicas como aquela pantomina da qual o seu partido — meu caro líder Luiz Alberto de Oliveira — não se cansa de falar. O PDS — está encenando, na verdade, uma peça burlesca, na qual não só os gestos, as atitudes, as mímicas, é que fazem os expectadores rirem, porque também as palavras desconexas proferidas à profusão representam os esgares da ópera bufa que não se assenta bem no plenário desta Assembléia, porque este é solene, sério e merece respeito. Se o PDS pretende divertir o povo paranaense, melhor seria procurar um palco adequado e fazer a sua propaganda através daqueles órgãos que vivem da divulgação dos chistes, mofas e dos ridículos gracejos. Porém, é bom que o PDS tenha em conta que o povo não gosta de rir de suas próprias desgraças e não acha graça naqueles que, com suas atitudes desonestas, em muito para aquelas contribuíram obtendo dos cargos que ocuparam proveitos ilícitos, apropriando-se de bens, valores e serviços que deveriam ser do povo do Paraná, mas acabaram recheando contas particulares e bolsos de maus cidadãos que com a atitude omissa do PDS, vão se rindo, eles próprios, às escondidas, nas sombras nos contrafortes da clandestinidade, usufruindo do que surrupiaram e cada vez mais esperançosos de que tudo fique por isso mesmo — caso prevaleça, pela omissão do PDS a tese de que devemos perdoar os ladrões, os peculatórios, os falsários, cujas atitudes ilícitas estão documentalmente comprovadas. E nisso o povo paranaense não acha graça nenhuma, principalmente, nesta hora em que está a exigir maior seriedade dos homens públicos. Por isso, meu caro líder — Luiz Alberto Martins de Oliveira — venho hoje a esta tribuna falar de seriedade, mostrando que o PMDB não é de se omitir, nem mesmo diante de uma triste omissão como essa do PDS.

O PMDB lança aqui um alerta a todos que querem sob o seu manto — como é o caso do PDS — acobertar os agentes das falcaturas, dos quais se tornam, assim, partidários pela complacência. São coniventes os que pela omissão querem esconder em suas sedes aqueles funcionários que cometeram tão graves erros e que merecem ser julgados pela Justiça de nossa terra, sempre tão pronta a dar a cada um o que é seu. São coniventes aqueles que querem esconder do Tribunal da opinião pública todos os desmandos e as distorções ocorridas e comprovadas. Um organismo sério procura rejeitar o corpo estranho que prejudica o seu funcionamento normal. Se se comprovou (documentalmente — repita-se) que grande parte dos materiais da FUNDEPAR, foi parar em comitês políticos do PDS (e isso consta minuciosamente examinado em relatório aprovado pela CPI), e também foram entregues no próprio comitê central desse partido — como aliás foi dito por um dos motoristas que efetuou carregamentos de material escolar da FUNDEPAR para o PDS, e dito através de depoimento prestado, mediante compromisso, diante dos membros da CPI — e, portanto, diante dos membros do PDS que a compõem, e se tudo isso e todos os desvios de materiais escolares, com a finalidade política, foram claramente demonstrados, só se pode concluir que o PDS está se omitindo, por uma das seguintes hipóteses: ou houve para tanto determinação da cúpula desse partido, à época das eleições de 15 de novembro, e o PDS não quer posicionar-se como réu confesso; ou, numa outra hipótese, mesmo não tendo havido responsabilidade, à época dos desvios, da cúpula pedessista, ficaria ela agora caracterizada, à evidência, pela atitude omissa no apurar, dentro de seus próprios quadros, quais os filiados que cometeram tão terríveis infrações e excluí-los, ou de qualquer forma puni-los, para que as coisas não se misturem e, num futuro próximo, o povo do Paraná não venha a acreditar que os desmandos, os desvios, os peculatos, as falsidades documentais, todos os crimes, enfim, cometidos contra a providade administrativa por alguns de seus integrantes possam ser atribuídos à totalidade do próprio partido que os acoberta.

As formas de conduta que levam ao desrespeito das Leis e caracterizam crimes tanto se manifestam pela ação como pela omissão. É sobre isso que ensina o grande jurista pátrio, Heleno Cláudio Fragoso, em suas "Lições de Direito Penal".

"Omissão é a abstenção da conduta devida, ou seja, a não realização de um comportamento positivo que o sujeito tinha o dever jurídico de praticar e a possibilidade de realizar".

Pelo ensinamento do mestre, que na verdade repete em palavras técnico-jurídicas o próprio conhecimento popular de que se deve, em nome de uma boa colheita, fazer a devida separação do joio do trigo — sob pena de se sacrificar toda a plantação, quem pode afirmar não estar sendo o PDS omissor. Se é de seu dever jurídico ter um comportamento positivo para a apuração das responsabilidades dentro de seus próprios quadros, possibilidade de assim agir está aqui mesmo, dentro da Comissão Parlamentar de Inquérito (a CPI das irregularidades), sob pena de o Partido Democrático Social não conseguir impedir que a corrosão moral passe de alguns de seus membros para o seu organismo todo, numa diástase que o povo vai saber diagnosticar na hora devida.

Com a atitude negativa, com o não-fazer, com a omissão, todo o PDS acabará tomando assento, juntamente com seus apaniguados infratores, no banco dos réus — que está sendo a sua própria escolha. Triste escolha que a encenação burlesca não consegue esconder do povo paranaense. Mesmo que os olhos não a vejam, a decomposição acabará se denunciando pelo próprio cheiro.

O que move o PMDB é justiça e não o ódio. Move-lhe o sentimento de guarda da coisa pública e aos interesses desse povo sofrido que já se cansou de ser lesado por pessoas desonestas. Estas visam o próprio interesse e se esquecem de que o que tiram do povo se transforma para ele em dificuldades, na desgraçada realidade de, muitas vezes, não ter nem mesmo o que comer, enquanto que os "espertos" os "vivos", os desonestos vivem como nababos, alheios às necessidades dos miseráveis cujo número sua ação nefasta tem ajudado a aumentar.

A omissão está constatada. Agora, vai da bancada do PMDB, nesta casa, refutar um a um, os argumentos do PDS no sentido de justificar a sua conduta negativa e assim ficará visto que, na grande verdade, o Partido Democrático Social está fugindo (sim, o termo correto é fuga: fuga do bom-senso, fuga da verdade, fuga da responsabilidade)... o PDS está, pois, fugindo da CPI assim como o Diabo foge da cruz. É de se compreender que essa agremiação faça como um grande avestruz que julga se esconder quando enfia a cabeça num buraco enquanto o resto fica de fora, sujeito às intempéries.

A princípio, o líder do PDS se insurge contra o requerimento que deu início à CPI, omitindo-se no seu pronunciamento (e parece que a omissão é regra no comportamento pedessista)... omitindo-se sobre a participação de seu partido nas votações do pedido de criação da Comissão, tanto que — depois de algumas tentativas inócuas e depois de perceber que era inevitável a criação e instalação da CPI — o PDS acabou votando pela aprovação do requerimento. Se votou aprovando, porque só agora as indis põe contra o seu teor para dizer que ele relata "fatos indeterminados e de autoria incerta" Será que pretendia o PDS que já se apontassem as irregularidades e sua autoria por antecipação? Ora, como se entender o raciocínio contraditório do PDS, se agora — quando se dá nome aos autores das irregularidades, são elas descritas com minúcias e tudo fica claramente determinado — isso tudo através da apresentação de relatório circunstanciado como foi o da FUNDEPAR... Como se entender que agora assim não pudesse ser feito? Podia no começo (quando não era o momento oportuno) e não pode agora (quando é chegado o momen-

to, depois de realizadas as investigações, de apontarem-se indubitavelmente as conclusões? Isso lembra até aquela estória do Pedro Malazartes que, condenado pelo rei a morrer enforcado e não tendo saída para sua terrível situação, rogou ao soberano que lhe atendesse a um último pedido. Concedida a oportunidade que esperava, saiu pelo mundo a escolher a árvore em que seria enforcado. Serve esta, diziam os soldados do rei — e ele dizia: não, esta é muito pequena, E esta? Não, é muito grande. E esta? — Não, é muito fraca... e assim por diante. E é evidente que Malazartes, como o PDS, está até agora procurando a árvore ideal que sirva a seus propósitos de se safar de responder pelas irregularidades que cometeu. Nada lhe serve, desde que não possa adiar o desenlace ou talvez, quem sabe, levar ao esquecimento e arquivar — como era do interesse do PDS, simplesmente arquivar os Autos da FUNDEPAR... e arquivar todas as ignomínias e todos os atos de corrupção que cometeu ou permitiu que fossem cometidos.

Mas quanto à conceituação do que seja fato determinado, como previsto pelo art. 19 da Constituição Estadual e pelo art. 1.º da Lei 1579, nada melhor que a lição do mestre Ivair Nogueira Itagiba, em seu trabalho intitulado "Aperfeiçoamento do Estado Democrático", publicado na Revista Forense, que sobre esse assunto diz o seguinte:

"A Lei 1579, de 18 de março de 1952, dispondo sobre as Comissões criadas na forma daquele preceito constitucional, declara, logo no art. 1.º, a amplitude de sua ação às pesquisas destinadas à apuração dos fatos determinados que deram causa à sua formação. Essa amplitude não é indemarcada. É completa e sem limitações

na esfera de sua ação, nos limites de suas atribuições. No que entende com a medida de jurisdição ou seja, com a competência geral de fiscalização, esta pertencente ao Poder Legislativo.

E esta competência de controle é sobremodo ampla".

Significa que "fato determinado" para a investigação das Comissões Parlamentares são todos aqueles que se encaixem no âmbito de sua competência, tanto legislativa como de controle dos órgãos da administração direta ou indireta do Estado. As fronteiras da competência da Assembléia Legislativa do Paraná é que delimitam e determinam os fatos que poderão ser por ela examinados, investigados, apurados e corrigidos.

Já no Habeas Corpus de número 2796, impetrado junto ao egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e publicado na Revista de Informação Legislativa número 69, ficou assentado no venerando Acórdão daquela Corte de Justiça, que:

"em face desses termos, INQUIRIR SOBRE "FATO DETERMINADO", não há como limitar, na forma pretendida pelo impetrante, o poder das comissões em investigar fatos do exclusivo âmbito da competência específica do Poder Legislativo, ou seja, que tenham relação com a função que lhe é própria, de deliberar por resolução ou lei. O Congresso e, na órbita de suas atribuições, a Assembléia Legislativa, não têm só a função legiferante. Ela se estende à de controlar, fiscalizar a Administração Pública. Josaphat Marinho, sintetizando essa dupla ordem de atribuições do Poder Legislativo, disse que ele exerce, tradicionalmente, duas funções primordiais, uma criadora de normas jurídicas, outra de controle da atividade governamental. No exercício desta última, acrescenta o Professor de Direito Constitucional da Bahia, procede a inquéritos com caráter e fins essencialmente políticos, sobre o procedimento dos órgãos da administração em geral e de suas relações com entidades outras, de direito público e privado".

Parece que aí fica respondida também a afirmação do PDS, sobre o caráter e fins essencialmente políticos das investigações realizadas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito. Se esta Casa é eminentemente política, é evidente que as con-

clusões visam resultados políticos. Contudo, não resultados político-partidários, como esse que o PDS pretende no sentido de isentar seus integrantes de responsabilidades pelos fatos gravíssimos já apurados com a investigação da Fundepar, através de uma inexplicável omissão. Talvez os resultados das demais investigações dos fatos (mais do que determinados no requerimento inicial) já estejam atemorizando a agremiação pedessista que não vê como enfrentá-los de perto, e assim, bate desastrosamente em retirada, comprometendo-se ela própria por atos de seus membros.

A conclusão do egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no Habeas Corpus encontrado, no tocante à conceituação sobre "fatos determinados", está assim posta no Acórdão referido:

"Conclui-se assim, que são investigáveis os fatos relacionados com a atividade governamental, ou como disse João de Oliveira Filho, faros que possam ser objeto de legislação, de deliberação, de controle, de fiscalização. Não se diga que, com essa conclusão, se está permitindo a invasão de atribuições. Bem refutaram alegação nesse sentido Laudo de Camargo e Mário Guimarães, o primeiro com base nos dispositivos da Lei número 1579, o segundo invocando esses dispositivos e o artigo 47, parágrafo sexto do Regimento Interno, reguladores do funcionamento das Câmaras Federais. De acordo com tais dispositivos, as Comissões não proferem sentenças, não aplicam penalidades. "O mesmo ocorre no âmbito estadual, afastada, assim, usurpação de funções".

E, nesse ponto, cabe começar a refutar as ponderações da liderança do PDS no tocante à impossibilidade de serem apontados delitos pelas Comissões Parlamentares de Inquérito. Primeiramente, veja-se que o próprio pronunciamento da liderança (sempre contraditório na defesa de seus pontos de vista) ao exigir que se interpretasse "fato determinado" como "exposição do fato", disse que o primeiro está para o Direito Constitucional assim como a segunda está para o Direito Processual Penal, para concluir que a Comissão Parlamentar somente poderia "indiciar" pessoas atribuindo a elas ações incriminatórias definidas. Para tanto buscou o ensinamento do notável jurista Francisco Campos. Quer dizer, para defender a sua conceituação de "fato determinado", cobrou imputação certa e trouxe à baila a possibilidade, aliás bem claramente expressa no artigo segundo da Lei 1579, de indiciamento de pessoas pelos fatos irregulares praticados.

"Indiciado" — segundo ilustre e saudoso jurista paraense De Plácido e Silva é:

"derivado de indiciar (mostrar por indícios, revelar, denunciar), designa a pessoa a quem se fez uma imputação criminal..."

Na afoiteza de justificar a sua versão sobre o que fosse "fato determinado" nem mesmo ressaltou o líder pedessista a falha técnica da lei ao referir-se à ouvida de indiciados, quando, na verdade, as Comissões não indiciam ninguém, apenas relatam fatos, referem-se às pessoas que os praticaram e concluem sobre serem eles regulares ou irregulares para então providências que lhe cabe tomar, enviando peças e cópias de seus relatórios aos órgãos aos quais compete a tomada de atitudes que fogem do âmbito de sua competência.

Foi o que aconteceu no relatório da Fundepar, da autoria do ilustre Adhail Sprenger Passos, que hoje, depois de aprovado pela CPI, passou a ser um relato dela própria.

E aqui, antes de prosseguir na tarefa de refutar os frágeis argumentos do PDS, cabe abrir um parêntese para deixar documentado o nosso protesto pelo desrespeito que tem sido alvo o ilustre homem público e deputado desta Casa, Adhail Sprenger Passos, inclusive demonstrado pela própria liderança pedessista que quer esconder as faltas de seus apaniguados, custe o que custar, e para tanto não poupa afirmações gratui-

tas pretendendo atribuir incompetência a um parlamentar do estofo moral e cultural de Adhail Sprenger Passos, por todos os títulos respeitável. Vereador por 14 anos do município de Curitiba, professor universitário, engenheiro, economista, urbanista, hoje presidente da Fundação Pedroso Horta, do Paraná, deputado dos mais brilhantes, ser humano de personalidade marcante. Dizer-se que um homem como esse não é o autor de um trabalho, é de uma ingenuidade espantosa. Tão pueril é a afirmação (como o próprio deputado Adhail já teve ocasião de replicar em aparte proferido neste mesmo plenário), que é capaz o líder do PDS de negar autoria do presidente da República para os discursos que ele lê e os decretos-leis que assina, pois ninguém, em sã consciência, exigiria que o primeiro mandatário da Nação elaborasse ele mesmo, de próprio punho, tais documentos. Mas, quando o líder do PDS quer fazer valer o seu pensamento tudo vale, até a puerilidade de seus argumentos: é querer numerar folhas de papéis, quando o que interessa, na verdade, é a quantidade e gravidade dos crimes por elas comprovados.

E é preciso que o PDS saiba que há pessoas dotadas de cultura humanista, cujo universo do entendimento não se limita aos espaços científicos de um só ramo do conhecimento humano e não se atém, por desapego à vaidade pessoal, aos limites da mediocridade. Assim é Adhail Sprenger Passos que vossa excelência, meu caro líder pedessista, não chegou sequer a atingir com seus argumentos inconsistentes e a volubilidade desenfreada dos que se empolgam com posições e por isso mesmo perdem a medida de suas próprias palavras. Respeitemos, contudo, a sua empolgação, sr. líder da minoria.

Que ela juntamente com os crimes que o PDS tenta acobertar, não tire o brilho dos olhos que vossa excelência deve ter sonhado até que veio a ocupar essa liderança. Qualquer um de nós pode constatar de leis físicas, leis jurídicas e leis morais — mesmo que não seja um físico, um engenheiro, um advogado ou um ministro religioso. Vossa excelência sabe, meu caro líder Luiz Alberto, que todo corpo tende a ser atraído para a terra, e essa é a lei física da gravidade; também vossa excelência sabe que o homem não pode subtrair as coisas de seus semelhantes, e essa é uma lei ao mesmo tempo jurídica e moral, e sabe ainda que os seres humanos devem respeitar uns aos outros. O que talvez vossa excelência não saiba, é que, mesmo sendo deputado e líder do PDS, vossa excelência e seu partido não podem revogar essas leis, pois mesmo que assim queiram, os corpos continuarão caindo atraídos pela terra, os homens não poderão se apropriar daquilo que pertence aos seus semelhantes e os seres humanos continuarão a necessitar de mútuo respeito. Essas são leis irrevogáveis, excelência. Ao PDS e a vossa excelência, somente resta respeitá-las.

Mas, prosseguindo na refutação de tão frágeis argumentos, a esta Assembléia apresentados para justificar a fuga do PDS às suas próprias responsabilidades, vamos ver que a liderança da minoria, referiu-se em seu contraditório pronunciamento, à impossibilidade de constar do relatório de uma CPI os nomes dos crimes nela eventualmente apurados.

Primeiramente, é bom que se frise que a CPI de que tratamos foi instalada para apurar irregularidades ocorridas na Administração Pública do Paraná. Cabe então perguntar de início: e o que são irregularidades? Não seriam atitudes ou comportamentos contrários às regras estabelecidas? E se ocorre a desobediência a uma regra de direito e o valor por ela atingido, seja de tal porte que tenha merecido constar do elenco das normas penais, como é que o relator das irregularidades apuradas durante as investigações poderia deixar de mencioná-las em seu relato? Ou estariam, ele e a própria CPI, cerceados de sequer mencionar o fato constatado por caracterizar um crime previsto no nosso Código Penal?

Está claro que não é do objetivo precípua das CPIs fazer investigações sobre crimes ou apurar responsabilidades — que essas são atribuídas exclusivamente do Poder Judiciário, por provocação do Ministério Público, no caso das ações penais públicas. Ocorre que está estabelecido em lei que:

“qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção”.

Trata-se aí do dispositivo constante do artigo 27 do Código de Processo Penal — que é lei federal. E por ser lei, a nós, representantes do povo, cabe fazer com que seja cumprida. Logo, se é dado a qualquer pessoa do povo fazer a comunicação do fato delituoso ao Ministério Público, por que a nós representantes dele estaria cerceada, de qualquer forma, tal providência? Se isso ocorresse, seria certamente o maior contrasenso.

E lembrem-se os integrantes do PDS e vossa excelência, caro líder Luiz Alberto, que o relatório da Fundepar é o suficientemente pormenorizado com referência aos fatos criminosos apurados e comprovados até documentalmente, no sentido de fornecer ao Ministério Público precisas informações sobre eles, sua autoria, juntamente com indicações indubitadas de sua existência, tempo e lugar de sua perpetração e elementos sérios para a formação da convicção dos Promotores de Justiça que irão, por certo, analisá-los com a proeficiência conhecida do Ministério Público do Paraná.

Dizer-se que não se poderia fazer menção no relatório da CPI sobre os crimes e sua nomenclatura é rematado contrasenso e somente serve para deixar ainda mais patenteada a intenção do PDS de evitar sejam tidas como objetos de exame as suas próprias responsabilidades, senão pelo cometimento dos ilícitos penais, ao menos agora com a evidente estratégia adotada para isentar-se e a seus integrantes de culpa, com a manobra escancarada de dar cobertura aos delinquentes e possibilitar-lhes, sem um mínimo de pejo, a esperada impunidade.

Se as irregularidades constatadas na administração passada da Fundepar decorreram de investidas, na sua grande maioria, contra normas penais de proteção à probidade administrativa, o que se pode dizer é que elas não deixaram de ser irregularidades administrativas, antes que são GRAVISSIMAS irregularidades administrativas as quais ninguém com responsabilidade, com pejo, com dignidade, pode fazer vistas grossas. O que o PDS quer é deixar como é que está para ver como é que fica. Já o PMDB, com a sua proposta de mudança ainda bem viva no seio da população, pela recente pregação de campanha, quer realmente mudar o estilo e fazer com que a honestidade seja retomada como regra pelo administrador público, assim voltando a merecer o respeito e a confiança do povo do Paraná. Também para que não se atribua genericamente aos homens públicos a pecha da desonestidade, da tibieza, do apadrinhamento às imoralidades. Provará o PMDB ao Paraná e à sua gente que ainda pode se acreditar na honestidade de propósitos. E que o PDS vá, por sua própria conta e risco, bancando o padrinho de tanta corrupção e desatinos. O povo, na sua incontestável sabedoria, saberá, à hora certa, lembrar ao Partido Democrático Social que se apadrinhou tais afilhados espúrios, que os continue embalando até que se aperceba do grande erro que está cometendo.

Segundo a argumentação da liderança do PDS, não se poderia falar dos crimes apurados. Então são verificados desvios de material escolar da Fundepar (grande parte desviados para comitês eleitorais do PDS, como sobejamente demonstrado pelas investigações), são constatadas falsidades documentais e identidades falsas, são constatados enriquecimentos ilícitos (não como o PDS os interpreta, mas como a lei os define claramente) ... são constatados esses crimes todos (e

na verdade quase só crimes contra a administração pública foram constatados, POR AMOSTRAGEM, na Fundepar, pelo exame de 500, de 23.000 notas registradas, das quais 33,5 por cento eram falsas, e o PDS, como um padrinho pródigo em atenções a tais desmandos, pretendia simplesmente arquivar os autos de investigação, certamente porque — desde que somente poderiam ser mencionados no relatório as pequenas irregularidades (segundo entendimento da liderança do partido do padrinho) e como os crimes estavam proibidos de ser relatados, somente restaria o arquivamento pela inocuidade de se aposentarem os pequenos deslizos que, na lógica estranha do apadrinhamento, seriam os únicos possíveis de serem mencionados. A grande corrupção — essa estaria abençoada pelo padrinho generoso e poderia ir dormir nas gavetas recheadas das CPIs que antes nunca davam certo, nada apuravam e somente seriam para aumentar ainda mais o descrédito da população nos seus representantes.

Mas agora, não. Não será o PMDB que irá compactuar com esse tipo de apadrinhamento da imoralidade administrativa, e por isso mesmo — à revelia mesma do PDS que se retirou da sessão para mais tarde retirar-se da própria Comissão — o PMDB, com sua maioria consciente de suas responsabilidades, aprovou o relatório da Fundepar e o mandará à Justiça para que lá sejam estabelecidas as responsabilidades, enquanto que, nesta Casa, no cumprimento da finalidade principal da CPI, será elaborado projeto de resolução com regras tendentes a corrigir, administrativamente, tais abusos e colocá-los sob a fiscalização efetiva do Tribunal de Contas do Paraná. Não só através de exames complementares de papelada contábil, mas concretamente por um controle eficaz de resultados da aplicação do dinheiro público. Essa é a intenção do PMDB”. O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa excelência me permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Logo a seguir.

Mas, voltando aos frágeis argumentos pedessistas, vamos ver que, na ótica do partido padrinho, se descoberto pelas investigações, por exemplo, que alguém tirou a vida de alguém, não se poderia mencionar tal fato no documento conclusivo do inquérito, nem para dizer assim ou ainda que alguém matou alguém, ou ainda que alguém cometeu homicídio. Vê-se que a ótica é vesga, porque o PDS padrinho ama o feio, e por isso, “o feio bonito lhe parece”. Se, eventualmente, decorre das investigações a descoberta de um crime, não há como escondê-lo, acobertá-lo ou apadrinhá-lo, sob pena de o padrinho correr o risco de assumir com os afilhados as consequências de sua irresponsabilidade. Pela omissão, sim, como já vimos. Pelo estímulo que isso representa. Pela impunidade inaceitável.

Vejam, porém, o que pensam os mestres sobre os crimes descobertos pelas Comissões Parlamentares de Inquérito”.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta presidência lhe concede mais 30 minutos no horário do PMDB.

O SR. NILSO SGUAREZI — “Diz o jurista João de Oliveira Filho sobre a questão, depois de concluir que a deliberação sobre a remessa do relatório e cópia dos autos às autoridades competentes deve ser da própria CPI, não podendo constar do projeto de resolução a ser apreciado pela Assembléia. Disse o mestre apontado:

“Pode uma conclusão declarar que a Mesa da Câmara (e aqui cabe também a medida à Mesa das Assembléias estaduais, como é evidente), à vista do que consta do inquérito, deva remeter cópia do relatório ou de papéis às autoridades policiais, ao Ministério Público, ou às autoridades judiciárias, a fim de procederem como de direito.

A PRÓPRIA COMISSÃO PODE FAZER ESSA REMESSA. As Câmaras, porém, são as que não podem deliberar sobre isso, para que não invadam o princípio da não intervenção nas Justiças dos Estados". (Isto está relatado nas Comissões Parlamentares de Inquérito — trabalho publicado na Revista Forense).

Sobre esse tema mesmo, diz o jurista Samuel Duarte: "Se dos fatos objeto da sindicância não deixam dúvidas quanto à sua punibilidade por se tratar de delitos, é o Ministério da Justiça ou ao Procurador Geral da República que cumpre remeter cópia dos autos de inquérito, para que uma ou outra dessas autoridades diligencie o início da ação ou das ações penais correspondentes". (Na obra "In Inquéritos Parlamentares" — trabalho publicado na Revista Forense).

Porém, para que não se fique apenas nesses ensinamentos, cabe revelar, neste momento, uma outra omissão — a omissão do líder do PDS com referência aos resultados da CPI no qual sua excelência teceu alguns destaques, na CPI que foi destacado o pronunciamento do ilustre político, à época deputado federal Tancredo Neves, trazido pela liderança da minoria, como um trunfo para sua argumentação. Acontece que o líder pedessista se esqueceu (certamente propositadamente, ao estilo das omissões de sua própria agremiação) que aquela CPI, apesar do parecer de Tancredo Neves no sentido de que "não cabe às Comissões de Inquérito classificar infrações e nem tampouco sugerir punições ou medidas cabíveis em face das irregularidades apuradas, o seu poder é de informação e seu exercício tem por limite as esferas de competência do Executivo e do Judiciário..." apesar desse parecer do ilustre Tancredo Neves aquela CPI instalada na Câmara Federal para a apuração das atividades da Comissão Central de Preços, não desconhecendo (como não deve desconhecer) a impossibilidade de uma imputação definida a esta ou aquela pasta através da CPI, concluiu ao final, através de substitutivo decorrente da síntese de quatro emendas apresentadas por seus componentes, que

"A Mesa da Câmara remeterá cópias do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as atividades da Comissão Central de Preços - CCP, criada pela Resolução número 94, de 19 de fevereiro de 1952, ao presidente da República e ao PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA, acompanhadas de cópias autenticadas dos laudos, documentos e testemunhos constantes dos autos de inquérito".

Logo, concluiu a CPI que Tancredo Neves participou, pela remessa de cópias dos autos de inquérito ao Procurador Geral da República para processamento e julgamento dos culpados. "Mutatis mutandi" - foi o que fez a CPI desta Casa ao deliberar pela remessa de cópia dos autos de investigação da Fundepar ao excelentíssimo sr. Procurador-Geral de Justiça do Paraná.

Naquela CPI federal, o seu presidente, deputado Castilho Cabral, ao analisar as emendas apresentadas, lembrou a existência do artigo 47 e seu parágrafo sexto, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, dispositivo que à época era taxativo no sentido de que

"Apurada a responsabilidade de alguém por faltas verificadas, a comissão enviará o relatório acompanhado da documentação respectiva, e com a indicação das provas que poderão ser produzidas, ao juízo criminal competente para o processo e julgamento dos culpados".

E o parecer do deputado Castilho Cabral, publicado na sua íntegra na Revista Forense concluiu, nessa parte, da seguinte maneira (e isso foi omitido pelo líder do PDS propositadamente por conveniência de seu partido e de seus apadrinhados). Assim, constou do trabalho mencionado:

"Deste breve estudo, podemos concluir: 1) Quando ti-

ver apurado a responsabilidade de alguém, por falta verificada, a Comissão enviará diretamente ao juízo criminal o relatório acompanhado da documentação respectiva, e com a indicação das provas que poderão ser produzidas, para o processo e julgamento dos culpados".

E, depois de tratar no item do número dois sobre a matéria de competência da própria Câmara, assim prosseguiu o parecer, em seu item terceiro:

"Identicamente, quando haja indícios de faltas administrativas a serem apuradas e punidas ou seja útil à administração a informação obtida no inquérito parlamentar, o relatório poderá ser, por decisão do Plenário, remetido ao chefe do Poder Executivo".

E isso, meu caro líder Luiz Alberto — que foi omitido por vossa excelência, por conveniência de seu partido, não foi omitido pelo PMDB no relatório Fundepar.

No item quarto desta parte do parecer em exame, que foi lido apenas parte neste plenário, foi dito o seguinte:

"da mesma forma, poderá ainda a Câmara remeter o relatório da Comissão, na forma do artigo 47, parágrafo sexto do Regimento, ao Procurador Geral da República, para que este, nos termos do art. 125 e 126 e parágrafo único da Constituição (é evidente que esses dispositivos constitucionais, como os do Regimento Interno da Câmara já foram alterados)... mas... para nos termos desses dispositivos, à época vigorantes, o Procurador Geral da República "tome as providências cabíveis (dizia o parecer) junto à Justiça comum, militar, eleitoral ou do trabalho, quando, pela complexidade dos fatos apurados, não entender a Comissão ser caso de remessa direta ao juízo criminal competente.

E, como já vimos, a CPI em questão acrescentou à conclusão do ilustre deputado de então, e hoje governador de Minas Gerais a idéia constante das emendas de n.º 2 — do deputado Ferraz Egreja; n.º 3, do Sr. Armando Falcão, e n.º 4 do Sr. Nestor Jost, e letra b da emenda de n.º 1, do sr. Bilac Pinto e outros, que pretendiam a remessa dos autos do inquérito ao excelentíssimo senhor Procurador Geral da República da época — o que foi aprovado pela CPI, na forma já mencionada. Recebeu, pois, o chefe do Ministério Público Federal as cópias e certamente deu ao caso o andamento de lei.

Aqui no Paraná — a CPI que investiga irregularidades na administração pública, direta ou indireta, fará o encaminhamento de cópias dos autos de investigações acompanhados dos relatórios parciais elaborados e aprovados, ao chefe do Ministério Público paranaense, como está agora fazendo com as conclusões do relatório da FUNDEPAR. Repita-se que isso, na verdade, é decorrência do cumprimento de lei federal, ou seja, cumprimento daquilo que está contido no art. 27 do Código de Processo Penal, que nem a vossa excelência nem o PDS e nem mesmo esta Casa podem revogar.

É evidente que a CPI assim agirá sempre respeitando o entendimento que virá a ser proferido, caso a caso, pela Procuradoria-Geral de Justiça que é o órgão competente para classificar adequadamente as infrações penais, imputá-las aos seus autores, descrever como foram as ações criminosas praticadas, com todas as suas circunstâncias, hora, local e tudo o mais que interesse para a propositura das devidas ações penais e definição de responsabilidades com as punições que forem merecidas.

Essa é também uma forma de moralizar a administração pública paranaense, intuito mais do que evidente do nosso governo peemedebista que, como já dissemos, quer justiça e não ódio pela causa pública e pelos interesses populares, mas não só da boca para fora ou escondendo — como faz o PDS, através de sua omissão e com palavras bonitas, a sua verdadeira intenção. O PMDB está agindo, e isso pode ser testemunhado

pelo povo do Paraná, a quem caberá o julgamento de nossa ação política.

Quanto à versão dada pelo PDS, de que a atitude peemedebista seria antiparanista porque estariam envolvidos nos casos investigados nomes de ilustres paranaenses e que haveria intenção e empenho por parte do PMDB no sentido da destruição do melhor patrimônio do Paraná, que é a reputação de seus melhores filhos, o conceito dos grandes cidadãos paranaenses — isso não é verdade, meu caro líder. Os fatos ocorridos na FUNDEPAR foram relatados em cima de documentos e depoimentos e, se alguma coisa vai macular a reputação ou o nome de quem quer que seja, as máculas e as manchas estarão nos próprios crimes que cometeram, mesmo porque um nome de família ou uma tradição não podem servir de justificativas ou salvo-conduto para o cometimento de infrações contra a probidade administrativa — e uma pessoa é honesta até o momento em que deixa de ser. E, além do mais, meu caro líder Luiz Alberto, o PMDB respeita não só os nomes, a tradição e a História do Paraná escrita por famílias aqui enraizadas pelo passar de gerações. O PMDB também respeita todas as gentes que para cá vieram e, nesse encaldeamento de raças está ajudando a construir o nosso Estado.

Respeita o PMDB o bóia-fria também, respeita o trabalhador do campo e os operários anônimos das cidades. O PMDB respeita, não só os grandes nomes, as tradições, os filhos de reputação e de conceito, porque cujo nome não frequenta as colunas sociais e mal se distingue entre tantos Joãos, Pedros e Josés — entre tantas Marias que lutam decentemente para dar em casa, com as maiores dificuldades, o pão nosso de cada dia. Esses também merecem ser respeitados, meu caro líder... e merecem ser respeitados até por aqueles que tem nomes e famílias tradicionais e não podem, em razão disso, apropriar-se indevidamente de bens, valores e serviços que pertencem a todos nós. Quem quer respeito para si, deve saber respeitar o que é dos outros.

O PMDB, Sr. presidente não falou gratuitamente, mas baseado em fatos comprovados e através de um documento oficial. Já vossa excelência, ao acusar gratuitamente o atual Secretário das Finanças, não teve o pejo necessário ao calhama-lo no momento mesmo em que apresentava a denúncia, de peculatório. E fez isso com a maior sem-cerimônia, como se a honra alheia não merecesse um mínimo de respeito. Também o deputado federal Oscar Alves, não teve papas na língua, quando chamou o deputado Márcio de Almeida de quadrilheiro e acobertador de ladrão, porque teria indicado para o cargo de Diretor administrativo da Fundação Caetano Munhoz da Rocha Neto o funcionário Arnaldo Bertoni, que fora condenado em decorrência de ter uma opinião política e não escondê-la de ninguém. Ocorre que essa acusação leviana e desumana do Deputado Oscar Alves foi feita agora, depois que Arnaldo Bertoni já cumpriu sua pena, depois de já ter pago o seu débito para com a sociedade. Oscar Alves não respeitou a pessoa desse funcionário, como também não respeitou a regra contida no art. 11, n.º 2, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ao pretender impor a Bertoni sanção infamante impedindo-o após o cumprimento de sua pena (justa ou injusta) - de obter emprego, cargo ou função. Talvez quisesse ainda o deputado Oscar Alves salgar-lhe a terra onde tenha pisado e marcar-lhe com a pecha de ladrão até a sétima geração. Isso fere certamente princípios inalienáveis de Direitos Humanos e assim reconhecido pela própria Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná que censurou formalmente Oscar Alves por esse comportamento desrespeitoso — como aliás já fora noticiado na semana passada desta tribuna pelo nosso colega peemedebista — deputado Roberto Requião.

E não se diga que Oscar Alves por ser genro de Nei Braga teria esse direito, porque os nomes e as tradições não autorizam o desrespeito. Além do mais, por este princípio, filhos de

Reis e Príncipes, não podem ser corruptos e peculatórios, ficando tais situações para os filhos de párias e plebeus.

O PDS bem que tentou alimentar a CPI com denúncias ocas. Como percebeu que o trabalho dessa Comissão é sério e não admite brincadeiras dessa ordem, como também não há como desvirtuá-lo desviando-o do caminho previamente traçado, retira-se agora da Comissão. Bate em retirada alegando paranismo, tradição, nomes importantes, questões técnicas de funcionamento e acusações inverídicas. O PMDB não acusa ninguém, apenas levanta fatos. As faltas dos apaniguados infratores do PDS, eles mesmos deixaram documentadas, julgando talvez, que se eternizariam na condução da política paranaense. Por isso talvez nem tomaram o cuidado de varrer os rastros da rapina.

A bem da verdade e para que se corrija outra injustiça cometida no pronunciamento da liderança da minoria — interessante que aqui seja ressaltada a condução imparcial que o deputado Rubens Bueno vem imprimindo à CPI. Quando Oscar Alves foi ouvido e teve que aguardar em outra sala os depoimentos das demais testemunhas, assim ocorreu por força do que dispõe o art. 210 do Código do Processo Penal, aplicado subsidiariamente às Comissões Parlamentares de Inquérito, face à expressa remissão do art. 6.º da Lei 1579, de 18 de março de 1952.

Diz esse dispositivo do Código de Processo Penal.

"As testemunhas serão inqueridas cada um de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras..."

E Oscar Alves foi ouvido na CPI como testemunha, e não como deputado federal ou genro de Nei Braga. Como testemunha foi respeitado, mas arrogando-se à condição de deputado federal, não soube respeitar.

Quanto à alegação sobre uma possível recusa ao comparecimento de pessoas intimadas como testemunhas pela CPI, sem que para elas algo pudesse acontecer, somente revela ou a intenção de retirar da Comissão a força legal que possui ou o total desconhecimento sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O parágrafo único do art. 3.º da Lei 1579, de 18 de março de 1952, é taxativo quando estabelece que "no caso de não comparecimento de testemunhas, sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que reside ou se encontre, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal". E isso significa que a testemunha faltosa que não justifique razoavelmente sua ausência poderá ser conduzida sob vara perante a CPI, para depor.

E além do mais, além de não poder deixar de comparecer, também não pode se recusar a depor. É o que se deduz do dispositivo do inciso II do art. 4.º da Lei 1579 que diz constituir crime.

II - Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutores, intérpretes perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para arrematar e para que o PDS aprenda, cabe aqui a transcrição de partes do Acórdão lavrado nos Autos de Habeas Corpus de n.º 2.796 do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (publicado na "Revista de Informação Legislativa", de n.º 119) com o seguinte teor:

"Com a sua habitual agudeza, notou o eminente Ministro Ribeiro da Costa, votando no caso sujeito ao conhecimento do Supremo, que, se nenhum cidadão pode, sequer, eximir-se de depor perante a menor autoridade policial, em inquérito regularmente processado, não se pode conceber possa alguém se escusar de comparecer perante uma comissão designada pelo Legislativo".

Assim, de acordo com os ensinamentos da doutrina, no direito de investigar, está ínsito o poder coercitivo de obter as informações necessárias ao esclarecimento da investigação."

Até mesmo no voto vencido proferido pelo desembargador Baltazar Barbosa, no julgamento desse Habeas Corpus com respeito à questão do comparecimento e ouvida das testemunhas perante uma CPI, disse ele o seguinte:

"Pode, também, compelir a que venham depor as pessoas para isso convocadas na forma do processo estabelecido para a realização dos inquéritos. Não há o direito de se recusar a depor, pretendido pelo requerente."

Esses são fundamentos de votos proferidos por membros do Poder Judiciário no exercício da judicatura, e no julgamento de Habeas Corpus impetrado justamente por uma pessoa que se recusava a depor perante uma CPI criada e instalada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

A informação da liderança da minoria carece de um mínimo de fundamento legal, doutrinário ou jurisprudencial. Com os demais argumentos expendidos durante seu longo, mas vazio pronunciamento, este também cai por terra. Contudo, é de se ressaltar aqui a maliciosa colocação, orientando mal, poderiam acarretar ônus desnecessários para pessoas intimadas a depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades cometidas na Administração Pública do Paraná. E esse foi certamente mais um desserviço prestado pelo partido em nome do qual emitiram idéias tão equivocadas e inócuas.

Apesar da fuga do PDS a suas responsabilidades, apesar do apadrinhamento do Partido Democrático Social à corrupção que vai sendo apurada, com as bênçãos de sua omissão... apesar disso tudo, o PMDB vai em frente e a CPI ainda apresentará muitas conclusões e mostrará ao Paraná que resultados dos desmandos e dos descaminhos de homens públicos irresponsáveis, mesmo os de famílias nobres e ilustres. Nesta ou na próxima semana serão apresentados mais dois relatórios — um referente às irregularidades na Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social e outro sobre aquelas constatadas no IAPAR — Instituto Agrônomo do Paraná. A cada passo dado povo paranaense verá que o PMDB sempre falou sério quando anunciava que, no governo, buscava varrer a corrupção do Paraná. Não será agora que, eleito pelo povo também para que isso realmente acontecesse, iria o PMDB trair a confiança daqueles que, por maioria incontestável, lhe atribuiu o poder na terra das araucárias.

Omissão está sendo o PDS. Que vá, pois, esse partido — com seus apadrinhados infratores — ao banco dos réus — que essa está sendo a sua própria escolha.

Na verdade, não será possível arquivar-se a indignação do povo do Paraná diante dos produtos dessa miséria moral que acabaram agravando a miséria física, traduzida pela fome, na falta de abrigo, de saúde, de vestuário... na falta, enfim do essencial para uma sobrevivência condigna da maioria anônima da população — sem nome de família, sem tradição, sem voz e sem vez, enquanto que os verdadeiros peculatórios, falsários, ladrões do dinheiro público, sempre tem vivido nababescamente dessa produção infame, vilipendiando sobre todos com seus sorrisos de escárnio, estimulados pela esperança dessa impunidade que o PDS abençoa e pretende fazer valer pelo apadrinhamento espúrio. Enquanto isso as lágrimas dos miseráveis anônimos vão rolando por suas faces desesperançadas, descrentes, agoniadas. Mas dar as mãos a esse tipo de atitude, compactuar com ela, diante dela calar-se, não é do feito peemedebista. Se há que custar a alguém alguma coisa, se não de doer a alguém as verdades já descobertas, que custe e que doam aqueles que praticaram os crimes e não aos que sofrem ainda, no anonimato, as suas conseqüências.

Essa é a posição do PMDB."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa registra, com satisfação, a presença do Prefeito de Matelândia, sr. José Romualdo Zecão Lorenzoni, e também a presença do de-

putado líder do PMDB da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Geová Amarante.

Consulta à liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Por 10 minutos o eminente deputado Ailton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra o deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. presidente, srs. deputados.

Quem acabou de ouvir o pronunciamento do ilustre deputado Nilso Sguarezi, e que não esteja familiarizado com o linguajar do PMDB, certamente há de acreditar, erradamente, que o Paraná vive hoje num paraíso, e que as ações político-administrativas deste Estado consultam todas, indistintamente, ao interesse popular. Sobre a CPI me portarei, mais tarde, trocando idéias sobre a matéria com o deputado Luiz Alberto Oliveira que vem a esta tribuna.

Mas quero abordar outro assunto que mais uma vez desmistifica tudo o que afirmou durante a campanha eleitoral, o PMDB. Que mudou, sr. presidente, mudou de lugar, saiu dos palanques, das pregações fáceis e subiu ao Poder, esqueceu o povo. Os jornais de hoje anunciam o aumento previsto para o Imposto Predial e Territorial Urbano, de 84, aqui, em Curitiba. E sabem os srs. parlamentares qual é o aumento que pretende o prefeito do PMDB, deputado Maurício Fruet? Trezentos por cento. Trezentos por cento, Sr. presidente. Isso está acontecendo em outros municípios paranaenses administrados também pelo PMDB que tanto combateu e combate a draconiana política econômica do Governo Federal. Mas nem no famigerado 2.064, que subtrai de uma vasta camada da população brasileira mais um pedaço do seu ganho; nem neste 2.064 refugado pela Nação, prega um tratamento tão atroz, porque mesmo o 2.064, estabelece que as prestações do BNH serão reajustadas em 80 por cento do INPC. Os aluguéis só poderão ser aumentados em 80 por cento do INPC, e no entanto, a política tributária do município de Curitiba e de outros municípios do Paraná, com administração peemedebista, exemplos que traremos futuramente a esta Casa.

Esta administração quer aplicar o índice esforjante de 300 por cento. É o mesmo, srs. parlamentares, que se afirmar claramente que o contribuinte, que o munícipe proprietário de sua pequena casa, vai ter que se socorrer de outra forma para poder fazer face a esta imposição absurda, descabida e desumana, da Prefeitura de Curitiba, que majora o seu imposto em 300 por cento.

Numa cidade que, lamentavelmente, em poucos meses já permite que se faça e se estabeleça um contraste entre o que é a Curitiba de hoje e o que foi a Curitiba administrada nos últimos anos; uma cidade esburacada, uma cidade sem as condições de limpeza que teve no passado muito recente, uma cidade que ainda não perdeu a sua plástica total porque o tempo, na verdade, não é muito grande, da administração atual, mas já se pode perceber claramente uma deformação nos próprios princípios urbanísticos de nossa capital.

Não venho à tribuna desta Casa pedir que o IPTU da capital não seja majorado. Seria uma demagogia irresponsável e muito grande, mas tenho o direito de protestar em nome da população deste município, valendo-me inclusive de muitos ensinamentos que aprendi na Câmara Municipal de Curitiba, quando se discutia esta matéria, e quando podíamos ouvir claramente, candentes pronunciamentos de vereadores do então MDB, contra as majorações que nunca chegaram a este nível do IPTU em nossa capital.

Estou de acordo que a Prefeitura de Curitiba estabeleça ali quotas maiores, faça com que os valores reais dos imóveis subam, mas para aqueles que especulando, estão estocando terras, e não estão pagando mais do que aqueles que, apenas pagam o imposto referente à sua propriedade pessoal, familiar,

propriedade essa que a família usa para viver, para morar.

Então, sr. presidente, srs. deputados, quando lemos hoje os jornais, e quando deparamos com esta informação de que a prefeitura de Curitiba aumenta em 84, em 300 por cento o imposto territorial, eu gostaria apenas de reiterar mais uma vez, de que o PMDB efetivamente mudou, mudou de lugar, saiu dos palanques, das pregações fáceis, subiu ao poder e esqueceu do povo.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao líder do PDS, sr. deputado Luiz Alberto de Oliveira

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

A assessoria do deputado Nilso Sguarezi acordou após 12 dias de imitação ao governo sonolento e pachorrento do sr. José Richa.

Após 12 dias, do dia em que proferiu discurso explicando as razões porque o PDS, partido minoritário nesta Casa, se retirava da chamada CPI da Corrupção, que no nosso entendimento é uma CPI para promoção individual de parlamentares do PMDB.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço um aparte a vossa excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Na sequência.

Vem sua excelência o deputado Nilso Sguarezi, rebater os argumentos que proferi naquela tarde.

Faz o líder governista, após 12 dias, aquilo que fiz e que fui criticado na ocasião: ocupa o Grande Expediente e o Expediente da Liderança, provavelmente para, num imbrólio jurídico e político, tentar mudar o conceito das coisas, e na inversão de fatos, de jurisprudência, de citações, tentar convencer que o Partido que está no governo, hoje, e que, portanto, tem todas as condições para apurar qualquer ilícito penal ou administrativo ocorrido na administração passada, é incompetente para fazê-lo na área do Executivo, e portanto, precisa socorrer-se dos seus deputados nesta Assembléia.

Ora, sr. presidente, srs. deputados, o que temos verificado na CPI da Corrupção, são os deputados do PMDB serem instrumento de alguns menos preparados membros do Ministério Público. Desde os discursos, desde as acusações, desde o requerimento inicial, sabíamos que havia por trás da bancada do PMDB a colaboração efetiva de alguns Promotores de Justiça, de alguns advogados.

Mas o Paraná, sr. presidente, srs. deputados, não tem memória curta e recorda as denúncias que fez contra a CPI da Corrupção, o ex-senador paranaense Leite Chaves, que afirmou que a CPI da Corrupção nascia corrupta, nascia sem autoridade moral, nascia dos porões do PMDB, com funcionários pagos pelo Poder Executivo.

Qual a autoridade moral, sr. presidente, que tem uma CPI que nasce com funcionário pago pelo Poder Executivo, trabalhando na sede de um Partido, se nós do PDS não podemos receber em nossos gabinetes, um lápis, um papel, uma borracha, para destinar a escolas e alunos carentes?

O PMDB pode mais, sr. presidente, pode retirar funcionários que estão sendo pagos com o dinheiro do povo para servir de apoio administrativo a um partido político para usá-lo, para perseguir, para odiar, para injuriar, para caluniar homens que deram a sua vida pelo Paraná.

Ora, sr. presidente, uma CPI nascida da corrupção, segundo Leite Chaves, não pode ter a pretensão de apurar a corrupção de terceiros, especialmente porque o PMDB assumiu compromissos sérios e definitivos na campanha eleitoral. Disse que faria um governo honesto, um governo austero. Não é verdade que o faça honesto nem austero. Não é honesto porque o PMDB aceita, compactua e vive com um ladrão, ladrão con-

denado não por crime político, mas por crime definido no Código Penal, o Diretor da Fundação Caetano Munhoz da Rocha; ladrão, como foi indicado o chefe da Ciretran de Quedas do Iguaçu, pelo comando político do PMDB, graças a uma denúncia formulada pelo "Jornal do Estado", e não austero, srs. deputados, porque durante a campanha eleitoral o PMDB prometia dar empregos, resolver o problema do bóia-fria, melhorar a situação educacional, e ainda agora, na análise do Orçamento de 1984, teremos a oportunidade de provar, que o PMDB que recebeu um Orçamento com 700 milhões para verba de comunicação social, para iludir a opinião pública, para transfigurar a verdade neste Estado, simplesmente eleva de 700 milhões para 2 bilhões e 200. Não austero, sr. presidente, srs. deputados, porque as verbas de mordomia dos gabinetes dos secretários, como o do secretário do Interior, de Saúde Pública, de Transporte e Segurança Pública, aumenta em alguns casos, em até 818 por cento.

Este é o PMDB de ontem e o PMDB de hoje.

O PMDB de ontem, prometia em palanque eleitoral austeridade, e vai ver a mordomia na Granja do Cangüiri; o PMDB de ontem prometia tomar as atitudes corretas em defesa dos interesses públicos, da honestidade no trato da coisa pública.

E o que verificamos hoje?

É o governador do Estado que tem, inclusive, o poder de prender funcionários corruptos, mas simplesmente não age. As Comissões de Sindicância que proliferaram por todos os órgãos públicos, como a Fundepar, gastando mais de 50 milhões de cruzeiros, quando devia estar fazendo escola, dando caderno, lápis, para o estudante carente; o IAPAR, que devia estar selecionando as melhores sementes; a Secretaria da Saúde que devia estar vacinando gente e fazendo medicina preventiva, transformaram-se esses órgãos nos Santos Tribunais da Inquisição da Idade Média.

Mas, mesmo assim, sr. presidente, srs. deputados, no afã de conseguir dados contra o governo anterior, nada conseguiram, e agora remetem os processos para a chamada CPI da Corrupção. Que farsa, sr. presidente, que farsa, srs. deputados.

O Paraná não merecia isto.

O sr. José Richa tem a obrigação legal e moral de encaminhar à justiça, porque democracia são três Poderes: o Poder que faz as leis, que é o Legislativo; o Poder que julga, que é o Judiciário e o Poder que administra que é o Poder Executivo. Por que pretender transformar esta Casa na fábrica do dedurismo, pretendendo tripudiar sobre a honra dos vencidos?

A CPI, historicamente foi instrumento das minorias. Por que agora o PMDB que pode com facilidade, rapidamente, demonstrar qualquer irregularidade no governo anterior, precisa mudar para a Assembléia? Somente, sr. presidente e srs. deputados, e isto o povo do Paraná já sabe, para fazer espalhafato, para praticar aquele crime que Rui Barbosa já disse que é o crime mais odiado que tem na face da terra, o crime de não respeitar a honra de cidadãos.

Rui Barbosa numa ocasião, num discurso famoso no Senado Federal, foi acusado por um deputado baiano, que a história não registra o nome — assim como a história política do Paraná não vai registrar o nome dos anônimos e covardes acusadores, sem prova. Rui Barbosa, rebatendo esse discurso do deputado da Bahia, dizia que o crime maior que se pode praticar é o crime contra a honra, contra a vida, contra a honestidade do cidadão.

E nesse discurso antológico no Senado Federal, Rui Barbosa demonstra aquilo que fez da sua vida, as causas que patrocinou, os recursos que recebeu em razão do seu trabalho de advogado. E após isto ele começa a analisar o comportamento dos seus adversários políticos, especialmente daquele que o acusara tanto.

E termina no célebre discurso do Pano Verde, provando que o ódio dos menores, o ódio daqueles que eventualmente

são vitoriosos por circunstâncias outras que não as de suas próprias virtudes, estabelece exatamente um objetivo maior, atingir a honra e caluniar terceiros.

Nós do PDS não podíamos compactuar com isto. Não podemos aceitar uma CPI com 80 fatos indeterminados, sr. presidente. No requerimento da CPI, o Líder do PMDB faz referências a notícias de jornal, diz por exemplo que a Casa do Paraplégico em Curitiba é uma obra eivada de irregularidades.

Ora, sr. presidente, srs. deputados, sabemos que a Casa do Paraplégico está em construção e que o governo do Estado não parou, e se houvesse irregularidade o governador José Richa tinha que parar a construção da obra. Mas não parou. Está sendo executada.

É uma obra modesta de 7 ou 8 milhões de cruzeiros. Foi feita pessoalmente pelo governador Hosken de Novaes, para atender os paraplégicos do Estado do Paraná.

E nos 80 fatos determinados existe um primor da indeterminação de fato. A denúncia é a seguinte: consta que há irregularidades na concorrência para a construção da Casa do Paraplégico.

Por que o eminente líder do PMDB não lembrou que prefeitos do PMDB, que o deputado Nesto Baptista, que o ex-deputado Edilson Alencar, hoje diretor do Banestado, pegaram cadernos também. Por que não se faz uma busca e apreensão no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente desta Casa, ou no Gabinete do Diretor do Banestado?

Porque eles também se beneficiaram da distribuição irregular de cadernos. Ora, sr. presidente, srs. deputados, a Fundepar tem um orçamento de 80 por cento em obras, 10 por cento de repasse para municípios, 5 por cento para administração e 5 por cento apenas para distribuição de material escolar. Por que não se traz uma denúncia séria com relação à obra, com um valor grande? Nós não vamos perder o nosso tempo para contar quantas borrachas, quantas bolas de futebol. O Paraná é sério, exige trabalho, idéia, correção de rumos, futuro, não ódio, vingança, mesquinha, que é exatamente isso que se propunha a CPI de promoção individual dos deputados do PMDB, nascida nos "porões" do PMDB e alimentada, lamentavelmente, por membros menos escrupulosos do Ministério Público do Paraná.

Concedo o aparte ao deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Agradeço o aparte que me concede o deputado Luiz Alberto Oliveira.

Permito-me acrescentar mais um ingrediente na motivação altamente política desta CPI proposta pelo PMDB, e que entendia o PDS, seria uma CPI séria, com profundidade no seu trabalho, respeitando os primados da Justiça e seguindo os caminhos da normalidade. Não demoramos muito, no entanto, para observar o que pretendia o PMDB, exclusivamente, deputado Luiz Alberto, criar mais um mecanismo político para atingir o PDS e as suas lideranças. Ficou provado em todas as reuniões que esta era a manifesta intenção do PMDB.

Mas quero trazer a esta Casa, e peço agora a atenção especial do presidente deste Poder, uma denúncia que considero extremamente grave, porque a presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades no Governo anterior, requereu à Procuradoria Geral do Estado e à Procuradoria Geral da Justiça, solicitação para que fossem designados representantes seus para acompanhar os trabalhos da CPI, não como homens para atender aos interesses do PMDB, mas como profissionais para atender os interesses da justiça e de todos os partidos políticos, especialmente os que têm representantes nesta Casa.

Trago à presidência, em particular, neste momento, a informação de que o representante da Procuradoria Geral da Justiça, o promotor de Justiça, Santos Lima, foi vice-presidente do PMDB de Campo Mourão, esteve empenhado na

última eleição, no último pleito eleitoral de 15 de novembro de 1982. Pleiteou inclusive junto ao Diretório Municipal de Campo Mourão, a sua indicação como possível candidato a esta Casa pelo PMDB de Campo Mourão, e este é o representante da Procuradoria Geral da Justiça nesta CPI.

O que é que podemos esperar, deputado Luiz Alberto, de uma comissão como esta que tem um Promotor de Justiça que foi aos palanques com o PMDB de Campo Mourão, e que hoje aqui está, para julgar, como fez ontem nas ruas, os atos da administração passada deste Estado? É uma denúncia extremamente séria, e eu peço a vossa excelência, como líder do nosso partido e ao presidente da Casa, como representante deste Poder, uma tomada de posição, porque se o PMDB não tem o peso de se cercar de pessoas isentas para um trabalho tão sério como este, cabe ao Poder competente, para sua própria sobrevivência, adotar uma posição que resgate a dignidade do Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte de vossa excelência, deputado Airton Cordeiro, e solicito à Mesa, tendo em vista a gravidade da denúncia formulada pelo deputado Airton Cordeiro, que encaminhe uma cópia do aparte do eminente deputado, ao Conselho Superior do Ministério Público, para as providências cabíveis.

Não é possível que o PMDB pretenda usurpar o poder de outros Poderes do Estado e transformar os funcionários do Poder Executivo em meros apêndices, mal intencionados e mal formados da bancada peemedebista desta Casa.

Solicito portanto, sr. presidente, que seja encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público para as providências que, por certo, os honrados Procuradores da Justiça do Estado do Paraná, saberão tomar para evitar que os agentes da lei se transformem em agentes do descaminho peemedebista no Paraná.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa excelência me permite um aparte?

(Assentimento) Vossa excelência já disse tudo, mas apenas para me parabenizar com vossa excelência e para fazer lembrar aquele adágio do escritor Malba Tahan. O deputado Nilso Sguarezi faz-me lembrar do homem que tinha o Livro da Vida para escrever algo em seu benefício. E ele esqueceu, escreveu algo apenas para perseguir, para maltratar, para tripudiar. E a sua vida, como é a vida do Paraná, até hoje não trouxe nada de novo. Nem os buracos nas estradas ele não tem a honra de vir à tribuna para dizer que estão sendo tapados. Nada em um ano de governo, a não ser defender assaltante de mão-armada, como é o caso do ilustre funcionário de alto gabarito do governo do Estado, o dr. Berton. Homem que assaltou à mão-armada, descarada e deslavadamente, é defendido pelo nobre líder do PMDB e por alguns companheiros seus.

É uma vergonha. Permito-me pedir ao nobre líder do PMDB que ao invés de dar caça às bruxas, traga algo de concreto a este povo. Queremos ver obras de infra-estrutura, o Estado trabalhando, ao invés de perseguindo; chefe do Executivo trabalhando, ao invés de autorizar CPIs esdrúxulas. Vemos que não mudou nada nos palanques políticos, mudou apenas a coleira mas a cachorrada é a mesma.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Apenas para responder, se ainda tiver tempo...

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Tem trinta segundos para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Milton Campos, eminente deputado, dizia uma frase a respeito daqueles que o atacavam com o ódio patente como nos ataques do PMDB de hoje, que alguns homens, pelo seu passado, pela sua luta, eram a melhor resposta aos ataques dos opositores. Ele dizia o se-

guinte, que não ouvia o coaxar dos sapos no lamaçal da intriga e da oposição. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

A Mesa comunica e informa que visita este plenário o prefeito de Rio Negro, sr. Alceu Swarowski.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do sr. deputado Donato Gulin, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/83, (Mensagem e ex-Proposição número 01/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da secretaria do Interior e o município de Santa Helena, visando obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - Pronoroeste. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/83, (Mensagem e ex-Proposição número 24/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o estado do Paraná e o Ministério da Saúde, que com a intervenção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetiva a execução do Programa de Nutrição e Saúde no Estado do Paraná. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 18/83, (Mensagem n.º 23/83 Ex-Proposição n.º 21/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio n.º 408/82 de 29 de dezembro de 1982, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, objetivando execução de obras em conformidade com o PRODO-PAR. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 19/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 05/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 20.10.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com os municípios de Guaratuba e Verê, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 20/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 25/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio n.º 407/82 de 20.12.82, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a SUDESUL com a intervenção da SUCEPAR. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 21/83 (Mensagem n.º 22/83 Ex-Proposição n.º 23/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos datados de 25.11.82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 22/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 07/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados em 13.12.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica objetivando execução de obras de controle da erosão urbana conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná- PRONO-ROESTE. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 23/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 09/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes ELETROSUL e o Município de Guaíra, objetivando melhorias operacionais no aeroporto do referido Município. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 24/83, Mensagem e Ex-Proposição n.º 15/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 25/83 (Mensagem n.º 18/83 Ex-Proposição n.º 19/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os município de Ponta Grossa, objetivando a realização da 2.^a Feira de Novilhas dos Campos Gerais. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 26/83, (Mensagem n.º 20/83, Ex-Proposição n.º 17/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SEPLAN (órgão da Presidência da República), objetivando a implantação e o aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 27/83, (Mensagem n.º 32/83, Ex-Proposição n.º 30/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados em 07.02.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios e objetivos que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 28/83, (Mensagem n.º 34/83, Ex-Proposição n.º 33/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados em 20.01.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução de obras conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná- PRONO-ROESTE. (Aprovado, Artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 29/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 37/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Termos de Cooperação Técnica e Financeira de 01.02.82, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os muni-

cípios de Bom Sucesso, Borrazópolis, Itambé e Xambê, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 30/83, (Mensagem n.º 35/83, Ex-Proposição n.º 36/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Bocaiuva do Sul, Imbituva e Rebouças, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado, artigo por Artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 31/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 38/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos firmados em 29.12.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios de Mariluz, Tapira e Xambê, objetivando execução do Programa Especial PROSAFRAS, no exercício de 1982. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 32/83, (Mensagem e Ex-Proposição n.º 16/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo datado de 30.11.82, ao convênio celebrado em 01/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1.982. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/83 (Mensagem número 36/83, ex-Proposição número 35/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos datados em 30/12/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Prosafras, no exercício de 1.982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/83 (Mensagem número 33/83, ex-Proposição número 31/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Re-Ratificação datado de 26/01/83, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os municípios que especifica, objetivando Aplicação de Recursos Financeiros da Comec, em obras de interesse metropolitano. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/83, (Mensagem e ex-Proposição número 08/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de São José dos Pinhais, objetivando a Implantação dos Serviços de Segurança Contra Incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido município. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/83, (Mensagem número 31/83, ex-Proposição número 29/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e os municípios que especifica, objetivando Aplicação de Recursos Financeiros da Comec, em obras de interesse metropolitano. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/83, (Mensagem e ex-Proposição número 26/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando execução do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - Pronoroeste. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/83, (Mensagem e ex-Proposição número 27/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a interveniência da Sudesul, com os municípios e objetivos que especifica. - **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/83, de autoria do deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de utilidade pública o "TEMPLO DA ALVORADA", com sede nesta capital. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 71).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 87/83

PARECER:

De autoria do ilustre deputado Eduardo Ferreira Baggio, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública o Templo da Alvorada, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1.983

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — presidente;
HERMAS BRANDÃO — relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "GRANDE LOJA UNIDA DO PARANÁ", entidade maçônica com sede nesta Capital. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 108).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 154/83

PARECER:

De autoria do eminente deputado Gernote Kirinus, que pretende tornar de utilidade pública a Grande Loja Unida do Paraná, com sede e foro nesta Capital, está devidamente instruído com os documentos exigidos pela Lei 6994, de 01/01/78, e por isto não apresenta óbices de caráter legal, para a sua tramitação na Casa.

Desta forma, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA SAINT GERMAIN N.º 2050", de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede nesta Capital. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 164/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA SAINT GERMAIN N.º 2050, de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede à Praça Zacarias, 46, 1.º andar.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A Loja Maçônica Saint Germain n.º 2050, de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, é entidade filantrópica, filosófica e cultural, cuja existência não visa benefícios financeiros, mas sim, a promoção de filantropia dos carentes e desamparados; a propagação do cinismo e assistência moral dos que dela necessitar.

A Loja Maçônica Saint Germain n.º 2050, por suas atividades em prol da coletividade, é órgão de inegável utilidade à comunidade, justificando plenamente sua declaração de utilidade pública.

Como os documentos que instruem o projeto, preenchem os quesitos expressos na Lei número 6994, de 10/01/78, não haverá impecilhos para o que pretende o presente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 164/83

PARECER:

De autoria do excelentíssimo senhor deputado Gernote Kirinus, que objetiva declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Saint Germain n.º 2050, do Grande Oriente do Brasil, com sede em Curitiba.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, analisou a documentação e justificativa, conclui que a referida entidade está em condições de receber a declaração.

Isto posto, e como a documentação está em acordo com a Lei número 6994/78, apresentamos parecer favorável à aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA DARIO VELLOZO N.º 6", com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, com sede nesta Capital. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 165/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA DARIO VELLOZO N.º 6, com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, com sede em Curitiba, à Rua Comendador Macedo, 39 - 8.º andar.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A Loja Maçônica Dario Vellozo n.º 6, com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, é entidade filantrópica, filosófica e cultural, cuja existência não visa benefícios financeiros, mas sim, a promoção da filantropia dos carentes e desamparados; a propagação do civismo e assistência moral dos que dela necessitar.

A Loja Maçônica Dario Vellozo n.º 6, por suas atividades em prol da coletividade é órgão de inegável utilidade

à comunidade, justificando plenamente sua declaração de utilidade pública.

Com os documentos que instruem o projeto, preenchem os quesitos expressos na Lei número 6994, de 10/01/78, não haverá impecilhos para o que pretende o presente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 165/83

PARECER:

De autoria do excelentíssimo sr. deputado Gernote Kirinus, que objetiva declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Dario Vellozo n.º 6 da Grande Loja Unida do Paraná, com sede em Curitiba.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, analisando a documentação e justificativa, concluiu que a referida organização possui os requisitos necessários à declaração.

Diante do exposto, e como a documentação está em acordo com a Lei número 6994/78, apresentamos parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/83, de autoria do deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE FILATÉLICA DE CURITIBA, com sede nesta capital. Com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 167/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a SOCIEDADE FILATÉLICA DE CURITIBA, com sede à rua Professor Fernando Moreira, 234.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Filatélica de Curitiba, é entidade cultural e educacional, cuja existência não visa benefícios financeiros, mas sim, o desenvolvimento da filatelia em relação à comunidade em geral, notadamente no ambiente escolar, promovendo reuniões, exposições, cursos, palestras, mostras, concursos e campanhas de caráter sócio-cultural.

A Sociedade Filatélica de Curitiba, por suas atividades em prol da cultura de nosso Estado, e como os documentos que instruem o projeto, preenchem os quesitos expressos na lei número 6994, de 10/01/78, justifica plenamente sua declaração de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 167/83

PARECER:

De autoria do nobre deputado Gernote Kirinus, o projeto de lei número 167/83, que declara de utilidade pública a Sociedade Filatélica de Curitiba, com sede nesta capital, está devidamente cumprido os requisitos estabelecidos pela legislação específica que regula a matéria.

Portanto, somos favoráveis pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Loreno Caron, ocorrido no dia 23 de outubro do corrente ano, nesta capital. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Irmã Bárbara Wodonos (Maria Teodósia), ocorrido no dia 24 de outubro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos srs. deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto de Oliveira, na qualidade de líderes do PMDB e PDS, constante do expediente, solicitando a suspensão das sessões plenárias nos dias 31 de outubro, 01 e 03 de novembro do corrente ano, ficando referidas datas para o trabalho das Comissões Técnicas da Casa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Furiatti, com apoio do sr. deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei número 39/83, que trata do comércio, e uso dos agrotóxicos no Paraná. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. superintendente da Sucepar, por intermédio da secretaria do Interior, visando agilização na construção de galerias pluviais, obras de extremidade e pavimentação de vias, dos municípios de Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Tomé, Tapejara, Tapira e Tuneiras do Oeste. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Cohapar, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a construção de habitações urbanas e rurais nos municípios de Cianorte, São Tomé, Tapejara e Cidade Gaúcha. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Copel, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a ampliação da Subestação do município de Cianorte. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo estudos, projetos e construção da Rodovia PR/082, nos trechos Nova Olímpia - Tapira e Tapira - Douradina do Programa de Agrovias. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade à Ordem dos Advogados do Brasil, pela invasão da sede de sua Seção de Brasília, determinada pelo sr. comandante militar do Planalto e efetivada na tarde de ontem. Em discussão.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de ser criado, na elaboração da futura Divisão Judiciária, o Distrito de Godoy Moreira, no município de São João do Ivaí, criado pela Lei número 6915, de 09 de setembro de 1977. — Em discussão. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. presidente, solicito a vossa excelência o nome do distrito.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Distrito Judiciário de Godoy Moreira, no município de São João do Ivaí.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. presidente, já existe o projeto e já foi encaminhado o expediente ao Tribunal de Justiça. Mas nada impede um requerimento solicitando. Portanto, votamos favorável.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — (Pela Ordem) Sr. presidente, nós agradecemos a manifestação do nosso colega Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação. Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como estão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, visando a criação, no Estado, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. secretário dos Recursos Humanos e secretária da Educação, visando a prorrogação até o dia 30 de novembro do corrente ano, dos benefícios criados pelos decretos 5037 de 05 de maio de 1983 e 1247, de 27 de julho de 1983, respectivamente. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário das Finanças, encarecendo recursos para o pagamento do funcionalismo público, do município de Nova Cantu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à sra. superintendente da Fundepar, por intermédio da secretaria da Educação, visando a execução de reformas gerais, em caráter de urgência, na Escola Educacional Princesa Isabel - Ensino de Primeiro Grau, no município de Terra Boa. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, visando a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Carlos Gomes, pertencente ao Complexo Escolar Presidente Arthur da Costa e Silva, no município de Ubatuba. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo recursos para auxiliar na instalação de uma Mini-Farmácia na Escola Unidade Nova, no município de Ubatuba. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um Mini-Posto de Saúde no Distrito de Jacutinga, município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um Mini-Posto de Saúde no Distrito de Ariranha, município de Ivaiporã. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao sr. secretário da Administração, quanto a utilização da área do sub-solo da estação terminal do Portão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. ministro da Agricultura e secretário da Agricultura, visando sejam retiradas as restrições para o plantio de frutas cítricas em todo o Estado, imposta sob o pretexto de combater o cancro cítrico. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Donato Gulin constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela realização do I Encontro Rosacruz de Arte (homenagem póstuma a Isabel Bakker). **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 34/83.
- 2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 35, 37, 38, 39 e 40/83, e dos Projetos de Lei números 87, 154, 164, 165 e 167/83.
- 1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 158/82 e 78, 81, 107, 114, 127 e 132/83.

Levanta-se a sessão.